

**CAPÍTULO 4 - A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EM  
ASSENTAMENTOS DA “REFORMA AGRÁRIA DE  
MERCADO” NO CEARÁ**

#### 4.1 - A origem camponesa dos assentados.

As origens dos camponeses dos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe apresentaram diferentes formas de sujeição da renda da terra ao capital<sup>1</sup>. Essas relações estão intimamente vinculadas ao domínio da apropriação privada da terra presente na agricultura brasileira.

As histórias de vida dos camponeses estão compostas por relações sociais de trabalho e produção que se revelaram nas figuras do “morador-de-condição” (parceiros e/ou rendeiros), do patrão ou fazendeiro, do “morador-de-vila” ou diarista e, ainda, de camponeses migrantes temporários, que, após a proletarianização nos centros urbanos, retornaram ao campo em busca da terra para trabalhar.

**Andrade**<sup>2</sup>, ao analisar o trabalho escravo e o tráfico negreiro ocorridos no Nordeste da primeira metade do século XIX, identificou que a figura do “morador de condição” surgiu nas estreitas relações presentes nos engenhos de cana-de-açúcar na zona da mata nordestina. Essa relação surgiu como uma estratégia dos fazendeiros para manter por perto mão-de-obra para o açúcar, mas assumiu também importância nas fazendas de gado, e na cultura do algodão, no sertão. Assim, a economia sertaneja que se iniciou basicamente com a criação de gado teve na lavoura do algodão sua maior dinamização e um elemento fixador da população no campo.

Para **Silva**<sup>3</sup>, a colonização do Ceará se deu a partir das grandes fazendas de gado. Somente após meados do século XVIII, o algodão entrou em cena, favorecendo as bases para uma nova organização do espaço, pautada na relação gado – algodão. A produção do algodão como produto comercial foi deixada aos cuidados de fazendeiros, sitiantes e parceiros. O grande fazendeiro criador de gado permitia a permanência de meeiros e posseiros na propriedade, plantando o algodão. Assim, foi possível uma certa acumulação de bens pelos camponeses, embora seu trabalho estivesse subordinado ao patrão. O pagamento da renda da

---

<sup>1</sup> A sujeição da renda da terra ao capital está baseada em MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>2</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

<sup>3</sup> SILVA, José Borzacchiello. O algodão na organização do Espaço. In: SOUZA, S. (coord.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

terra poderia acontecer de diversas maneiras: com pagamento em dias de serviço, em produtos ou, ainda, em dinheiro.

Conforme **Sá Jr.**<sup>4</sup>, na formação da economia nordestina as atividades comerciais obtiveram sempre as melhores terras, o que favoreceu um processo de concentração de renda e propriedade que resultou na marginalização das atividades de subsistência. As unidades de subsistência que funcionavam dentro das próprias unidades produtivas voltadas para exportação, tinham como condição para sua utilização, o pagamento da renda. Desse modo, nos anos de 1950 e 1960, a expansão de grandes propriedades tornava-se compatível com os pequenos estabelecimentos, que dentro ou, às vezes, fora dela, se desenvolviam e tinham por base relações não capitalistas.

Ao analisar as diferentes formas de renda da terra pré-(não)-capitalistas, **Oliveira**<sup>5</sup> as concebeu antes de mais nada, como “produto excedente”, que aparece sob formas distintas, como renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro. Para este autor a expressão pré-capitalista, ocorreu devido sua origem histórica que é anterior ao capitalismo. Mas, isso não quer dizer que essas formas de rendas não possam aparecer no capitalismo. “Elas aparecem adquirindo formas novas que o próprio capital engendra de modo a manter seu domínio no campo”<sup>6</sup>.

Dentre as diferentes formas da renda da terra pré-capitalista, a renda em trabalho seria a mais simples, “pois o produtor direto, com os instrumentos de trabalho que lhes pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalham as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio”<sup>7</sup>.

Nos relatos dos agricultores camponeses sobre o que faziam antes de participarem dos assentamentos (suas origens), são citadas diferentes formas de sujeição do trabalho camponês ao capital personificado na figura do patrão. Dentre essas formas, a sujeição da renda da terra em trabalho.

---

<sup>4</sup> SÁ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. **Estudos Cebrap** III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Renda da terra pré-capitalista. In: **Revista Orientação**. N. 07. IG/USP, 1986.

<sup>6</sup> Ibid. p.80.

<sup>7</sup> Ibid.

"Eu mesmo trabalhava com a renda aqui na fazenda. Quando a gente começou a trabalhar aqui, a gente não tinha como ganhar nada. Aí a gente falou com o proprietário. E ele disse que o terreno dele não poderia ser utilizado para plantar, porque ele criava muito e queria forragem. Mas, arrendava as matas para a gente tirar a madeira. A gente dando em troca o roçado feito, queimado no tronco, para ele semear a forragem para os bichos dele. Nós dando a terra preparada para ele plantar, fazer forragem. Então, a gente pegou a desmatção de 1993 até 1997. Nesse período, estivemos trabalhando aqui, para o proprietário. A gente tinha direito só a lenha, madeira-de-obra [tronco da carnaúba] ele não deixava tirar, e não era toda madeira que ele deixava cortar. Trabalhamos praticamente aqui quatro anos. Com cinco anos foi que ele cortou o serviço dizendo que queria vender a terra. A gente não morava aqui, só trabalhava como renteiro. A gente estava ganhando só o sustento mesmo e dando outra parte, que era a terra preparada" (sr. Antônio, 27a. Santa Rita, 2002).

No caso, o pagamento da renda da terra ocorreu quando o renteiro - produtor direto, com os instrumentos de trabalho que lhe pertence de fato, durante alguns anos, cultivou as terras do proprietário, recebendo em troca apenas o direito de retirar madeira dessas terras para si próprio. Dessa forma, o camponês renteiro deu gratuitamente anos de lida ao patrão, entregando-lhe o terreno preparado. Essa terra trabalhada metamorfoseou-se em renda em trabalho.

Outra forma simples de relação social em que apareceu a sujeição camponesa foi o pagamento da renda da terra em produtos. Segundo **Oliveira**<sup>8</sup>, "a renda em produto origina-se do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra. Como podemos observar, nessa forma de renda da terra pré-(não)-capitalista a coerção (elemento fundamental da renda em trabalho) é substituída pelo direito, muitas vezes, expresso com contratos (verbais ou escritos)".

Os depoimentos camponeses que seguem apontam para outra forma de sujeição da renda da terra simples - a renda em produto.

"Eu pagava renda, pagava três dias na semana. A gente pagava renda, o algodão era de meia, se desse dez arroba cinco era meu e cinco do patrão. Aí se a gente desse os dias de serviço, o milho e o feijão era da gente. E se a gente não desse os dias de serviço, a gente dava, também, um bocadinho do milho. E era assim, três dias da semana para o dono da terra. O algodão era de metade e os legumes (milho e feijão) de três um" (sr. Antônio, 72a. Juá, 2001).

---

<sup>8</sup> Ibid. p.81.

O depoimento do parceiro revelou um tipo de sujeição clássica da renda da terra ao capital - a renda em produtos. No caso relatado, o camponês parceiro cedeu parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste ter cedido o direito para que ele trabalhasse e morasse na terra. No caso seguinte a subordinação do trabalho esteve ligada à necessidade de terra para trabalhar.

“Nós morávamos aqui nessa vila [vila dos Caúlas] trabalhando avulso. Nós trabalhávamos aqui nessa fazenda com pagamento de renda, de cinco um” (Sr. Macilone, 25a. Feijão, 2003).

No testemunho, o camponês revelou outra forma diferente de pagamento da renda em produtos – a quinta, ou seja, renda de cinco um. Isso quer dizer que a cada cinco sacas de algodão, por exemplo, uma ficava com o patrão.

De acordo com **Oliveira**<sup>9</sup>, “a renda em produtos, também, conhecida como parceria adquire regionalmente no Brasil, diferentes formas. Dentre as mais conhecidas temos a meação, a terça e a quarta (...)”. No caso específico estudado foi possível observar a parceria em forma de meia, de terça e de quinta.

Portanto, o que os camponeses rendeiros e parceiros revelaram foi, antes de mais nada, a sujeição da renda da terra ao capital. O fato de não ter a propriedade da terra ou não ter onde morar e trabalhar fez com que esses camponeses durante anos tivessem que pagar renda ao proprietário da terra. Dito de outro modo, a propriedade privada da terra é o motivo fundante da geração e do pagamento das rendas.

As rendas de origem pré-(não)-capitalistas se transformam, em renda capitalizada da terra, a partir do entendimento de que a sociedade camponesa é parte constitutiva da sociedade capitalista moderna. Assim, a renda da terra é parte fundante do processo de produção do capital na sociedade capitalista.

Dessa forma, é possível constatar que “em seu desenvolvimento, o capitalismo não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”<sup>10</sup>. Não é possível, portanto, concordar com a tese que afirma ser o campesinato um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

---

<sup>9</sup> Ibid. p.82.

<sup>10</sup> MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981. Pp. 19/20.

Do ponto de vista da acumulação do dinheiro, o processo ocorre através de uma relação de troca pautada na lógica da dependência. Assim, de um lado há proprietários de terra que têm por base a extração da renda da terra, com o claro objetivo de transformá-la em capital, portanto, gerar o lucro. De outro lado, há uma sociedade que não tem por base a acumulação, mas o sustento da família. Nessa troca de favores, questões como o cativo, a sujeição, a violência e a expropriação aparecem na base do desenvolvimento desse modo de produção capitalista no campo.

O dinheiro acumulado entre os grandes proprietários de terra dependia da produção que os moradores de suas fazendas realizassem. Daí quanto mais trabalhadores “sujeitos” trabalhassem numa dada fazenda, melhor para o fazendeiro, que assumia e assume, muitas vezes, o duplo papel de proprietário de terra rentista e capitalista.

Uma família camponesa explicou o cativo, a sujeição e a exploração do trabalho camponês a partir da relação desigual entre patrão e morador.

“Porque a gente era obrigado a dar três dias por semana ao patrão e, ainda, repartia o legume. O dia que a gente não ia trabalhar, ele achava ruim. Ameaçava de botar para fora, botava os animais para comer o legume da gente. A gente não tinha direito nem a forragem, nem a nada.

Esse [patrão], ainda, era um dos patrões bom que, ainda, dava uma res para você tirar o leite e dava a forragem para você tirar do capim dele. Certo que você estava tratando do gado dele, mas, estava se lucrando do leite. Ele não era muito ruim, não. Mas, tinha outros mais cativo, que castigava mesmo. Você tinha que dar os três dias, se você não desse era expulso do imóvel. Ia embora para outra fazenda” (sr. Antônio, 72a. Juá, 2002).

No depoimento aparece a construção da consciência e da crítica invertida, ora o patrão é bom, ora é ruim. O cativo aparece como o cerceamento da liberdade do trabalhador. A condição de ser cativo é o oposto da de ser livre, é estar subordinado, numa situação de exploração. Assim, o trabalho no cativo sempre implica uma subordinação, uma exploração que se define numa situação de cativo.

Diferente da situação de cativo da terra analisado por **Martins**<sup>11</sup>, esse é o cativo do camponês, da vida de se sentir como escravo, de se sentir extremamente explorado. Ele pode ser, ainda, referência a uma possível memória

---

<sup>11</sup> Ibid.

do trabalho escravo na terra. Desse modo, a propriedade privada da terra instituiu uma forma de cativeiro, o cativeiro do camponês.

“Depois que a gente começou a comprar os imóveis foi que o patrão começou a ficar só, foi e quebrou. Porque o patrão tinha trinta morador, então ele tinha trinta filho trabalhando para ele, produzindo para ele. Quer dizer que ele pagava a diária do preço que ele queria, do jeito que ele queria. Todos os trinta plantavam e cada um deixava lá dentro do roçado de três carreiras ele [o patrão] tinha direito a uma. Se fosse cem carreiras, eu tirava minha parte e o restante era dele. Aí ele recebia de graça sem ter um ‘pingo’ de trabalho. Ele cansou de bater trezentos, quinhentos e até mil sacas de milho sem mover uma palha. E nós recebíamos o algodão de três um, às vezes era de metade, aí quer dizer que ele crescia, porque tinha um bando de filho trabalhando, quando isso se acabou, aí ele morreu. Não teve mais a família para trabalhar para ele. Ele ficou só, uma pessoa morta. Ele não tinha mais como se manter.

Quer dizer que ele pagava aquelas diárias de serviço, do preço que ele queria, do jeito que ele queria. Quer dizer que aquelas pessoas [os moradores] viviam naquele cativeiro. O tipo cativeiro. Aí, agora ele mora bem acolá, se ele quiser um dia de serviço nosso, nós vamos trabalhar do preço que nós quisermos. Se ele disser: ‘é tanto’. A gente diz: ‘não, só vou por tanto’. E só vai se quiser, que a gente não é obrigado a ir. E na época que nós morávamos com ele, ele dizia: ‘você amanhã vai me dar um dia de serviço e eu só pago três reais’. E eu era obrigado a ir e ganhar os três reais, porque eu morava com ele. Se eu não fosse, ele dizia: ‘pois, amanhã desocupe a minha casa’ e eu tinha que desocupar.

Aí quando nós ‘compramos’ o imóvel acabou-se isso. Agora se ele disser assim: ‘amanhã você vai me dar um dia de serviço’. Aí eu digo, assim: ‘eu não vou!’ E quero vê se ele obriga a ir! Obriga não, que eu não devo nada a ele” (sr. Francisco, 38a. Juá, 2002).

No depoimento, a lógica da dependência pautada na troca de favores apareceu como razão do enriquecimento do patrão que tinha nos moradores, considerados pessoas da família, a força-de-trabalho geradora de renda na fazenda. A possibilidade da conquista de uma fração do território com o assentamento levou ao esvaziamento da fazenda e, com isso, o empobrecimento do patrão, e, aos camponeses a conquista da autonomia e da liberdade de trabalho.

O cativeiro e a sujeição indicam uma pista importante para a compreensão da escolha do caminho seguido por esses agricultores camponeses. E a consciência crítica construída na experiência tem sido de fundamental importância para garantir a reprodução camponesa nos assentamentos rurais.

Nos assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe apareceram, também, casos de

camponeses sem terra que sem condições de permanecer no campo, migraram temporariamente em busca de trabalho e encontraram a proletarização nas cidades. Como proletário assalariado ou trabalhador informal, o trabalhador, com sua trajetória de vida pode não estar camponês, apesar de sê-lo.

Ao comentar sobre o que fazia antes do assentamento, os camponeses revelaram, quadros de pobreza, expropriação, migração temporária e retorno. Como veremos a seguir.

"Eu morava no Jatobá e trabalhava na terra do finado Pompeu Sampaio. Nessa época eu morava com minha família. Quando meu pai faleceu viemos para o Canindé e no Canindé trabalhei de camelô. Eu como mais velho, fiquei sendo camelô na Igreja, vendia aquelas bijuterias: cordão, fita, santinho, chaveiro. Eu também era diarista de limpa de mato, diarista-servente. Aí foi quando eu conheci o Evandro, ele estava formando essa associação e eu recebi o convite. Meu sonho era viver no campo, era o que eu sabia, mais, fazer mesmo"(sr. Genival, 22a .Santa Rita, 2002).

Nesse caso, o "morador de condição" foi expulso com a família para a cidade, proletarizando-se no emprego informal como camelô, mas mantendo relação com o campo, via trabalho assalariado temporário, com recebimento de diárias. O assentamento apareceu como a realização do sonho de vida. Para outro camponês, o caminho foi a migração.

"Eu nasci no município de Cruz, meu pai era agricultor. Fiquei com ele até os dezesseis anos. Em 1975 fui embora para Brasília arriscar a vida, porque meu pai não tinha condições de me dar sobrevivência de vida no interior. Saí da minha terra como peão e vim embora como peão em 1978. Voltei para minha terra e morei como peão na minha terra até 1998. Em 1999 retornei em Brasília depois de 21 anos para falar desse programa.

Hoje, se me tirar da minha enxada, da minha foice, do meu machado, da minha galinha, da minha vaca, da minha cabra, da minha porca e meu pé de roça, pode pegar me matar. Eu nasci para ser da roça, eu gosto é da roça. Eu passei três anos em Brasília, tenho irmão lá. Eu não quero nem saber, eu quero é a roça. Eu vou a Fortaleza é mesmo que pegar e me amarrar, eu quero ver amanhecer o dia para eu ver meus pés de pau. Quando dá cinco horas da manhã eu estou no mundo vendo minhas planta. Vendo minha roça, vendo meu feijão. Quem planta mais aqui sou eu. Porque eu gosto do trabalho" (Sr. Vavai, 42a. Cauassu, 2002).

No depoimento, um camponês filho de minifundiário foi obrigado a migrar temporariamente para a cidade grande, proletarizando-se como peão. Após um



tempo retornou à terra natal e o assentamento apareceu como a possibilidade de retomar ao trabalho no campo.

Nos depoimentos anteriores não se observou o pagamento de renda ao patrão, mas o processo de expropriação e exploração do trabalho camponês na cidade. Na cidade esse trabalhador vive situações, também, complexas. Ora ele se proletariza parcialmente (mantendo vínculos com o campo), ora integralmente (rompendo com o campo). Porém, de todo modo, foi possível perceber que esse trabalhador/camponês pode ter sua história de vida, sua identidade camponesa, mas em um determinado momento não está se realizando enquanto camponês.

Conforme as relações sociais de trabalho e produção desenvolvidas com o patrão e suas histórias de vida, os agricultores camponeses, integrantes dos assentamentos, podem ser agrupados em três categorias: camponeses rendeiros, camponeses parceiros e camponeses migrantes temporários.

Camponeses rendeiros, em sua maioria, pagavam a renda em trabalho. Não residiam na propriedade onde trabalhavam e viviam nas pequenas vilas, comumente conhecidas como “vilas rurais”, que se estendem ao longo das estradas. Camponeses parceiros, também conhecidos como “moradores de condição”, constituem a maioria. Moravam na propriedade onde trabalhavam, pagando renda em produtos via diferentes formas de parceria e subjugando-se ao recebimento de diárias com o valor estabelecido pelo patrão. Camponeses migrantes temporários moravam nas cidade e vilas, às vezes, trabalhavam nas fazendas como diaristas e, em sua quase totalidade, passaram pelo processo de proletarização urbana.

A exemplo da origem dos camponeses estudados por **Alencar et al**<sup>12</sup> e **Moura**<sup>13</sup>, nos assentamentos desta pesquisa, camponeses rendeiros, camponeses parceiros e camponeses migrantes temporários formam os três grupos de camponeses sem terra que integram os assentamentos da “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Ceará.

De uma maneira geral, todos os relatos se referem a quadros em que camponeses sem terra, após a sujeição, o cativo e a proletarização, encontraram nos assentamentos rurais a possibilidade de se tornarem trabalhadores libertos, camponeses assentados.

---

<sup>12</sup> ALENCAR, Fco. Amaro Gomes de et al. **O programa cédula da terra**. Fortaleza: [s.n.], 2002.

<sup>13</sup> MOURA, Antônio Marcos Pontes de. **“A porteira está aberta”**. Aracaju: NPGeo/ UFS, 2003.

Esses relatos são entremeados de especificidades, mas expressam uma mesma voz. A voz de um campesinato, que, para **Martins**<sup>14</sup>, "é um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com freqüência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu". Sujeitos sociais que se diferenciam na origem, mas que trazem em suas raízes a identidade e a condição camponesa.

Os camponeses assentados são originados de três grandes grupos de camponeses sem terra, que se reuniram no final da década de 1990, para sair do cativeiro e adquirir a posse da terra. Assim como os camponeses dos Assentamentos Batalha e Mata Fresca, discutidos por **Moura**<sup>15</sup>, a grande maioria dos assentados são provenientes dos municípios onde se formaram os assentamentos e entre eles os vínculos de origem se confundem, muitas vezes, com o de parentesco. Esse parentesco deve ser entendido num sentido amplo, para além da descendência familiar. Portanto, significa dizer que "a palavra 'parente' serve para identificá-los num todo, em que todos estão unidos, (...) Significa dizer que as pessoas atuam como parentes"<sup>16</sup>.

"Aqui o que mais tem é compadres uns dos outros. É porque é padrinho dos meninos. Eu sou compadre de quase todos, por causa de apelido. É coisa entre nós mesmos" (sr. José, 34a, Juá, 2002).

Em todos os assentamentos há parentes e compadres, que além de descendentes, são camponeses sem terra que possuem laços familiares fortalecidos com casamentos, apadrinhamentos, heranças e vizinhanças.

**Woortmann**<sup>17</sup>, ao fazer o estudo comparativo da família camponesa no Sul e no Nordeste e sua importância como instituição que preserva valores culturais, endossa essas idéias, ao considerar que "a linguagem de parentesco joga um papel de esquema organizador, não apenas no seio do discurso desses camponeses, mas também em sua prática".

Nesses casos, considero que a linguagem de parentesco teve um papel organizador na seleção das famílias. Longe de ser uma relação harmoniosa, a

---

<sup>14</sup> MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1995. p. 16.

<sup>15</sup> MOURA, Antônio Marcos de. Op. Cit., 2003.

<sup>16</sup> MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 32.

<sup>17</sup> WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Hucitec/Edunb :São Paulo-Brasília, 1995. p.247.

linguagem de parentesco pode se tratar de uma relação conflituosa, cheia de percalços. A sociabilidade, o compadrio, as relações de vizinhanças presentes na unidade territorial e social estão atravessadas por uma série de sentimentos que se contrapõem no movimento cotidiano dos assentados.

É preciso lembrar que a linguagem de parentesco além da descendência familiar, envolve outras relações como a vizinhança, a religiosidade, o compadrio, entre outras. Nesta pesquisa, foi enfatizada a sua relevância para as práticas relativas à luta pela posse e uso da terra e pela liberdade do trabalho.

A linguagem de parentesco, enquanto parte da sociabilidade presente na organização do grupo, se substantivou nas constantes vilas presentes na área rural. Desse modo, considero que as unidades territoriais de origem dos camponeses foram importantes no processo de seleção das famílias assentadas.

**Marques**<sup>18</sup>, ao estudar o modo de vida camponês nos sertões da Paraíba, apontou para o fato de que “agora esvaziada, a fazenda não é mais a principal unidade de sociabilidade. Grupos de vizinhança, povoados e cidades tornam-se os principais centros da vida social sertaneja”.

Para a autora, a importância da fazenda para o estudo da sociabilidade camponesa no sertão está arrefecida. Não é que os camponeses não tenham mais vínculos com a fazenda, mas para entender a comunidade camponesa, o que era antigamente fundamental, ou seja passar por dentro da fazenda, não é mais. Agora, é preciso ir, também, buscar entender o campesinato nas comunidades que estão fora das fazendas, assentamentos, vilas rurais, povoados, bairros rurais.

No Ceará, as fazendas, mesmo tendendo ao esvaziamento, são unidades sociais e territoriais elementares para se estudar o sertão. Porém, a principal unidade territorial e social que se revelou como de origem dos camponeses assentados foram as vilas rurais. Essas vilas, apareceram como o lugar de negação do cativo e da sujeição imposta pelo fazendeiro. Embora, o morador de vila se considere um trabalhador liberto, a pobreza de não ter onde trabalhar o sujeita às diárias oferecidas pelo patrão. Assim, a sujeição ocorrida fora da

---

<sup>18</sup> MARQUES, Marta Inez M. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB.** São Paulo: FFLCH/DG/ USP, 1994. p.50/1.

fazenda se difere daquela ocorrida dentro, contudo, o morador de vila aparece tão a sujeitado quanto o morador de sujeição morador da fazenda.

Para **Marques**<sup>19</sup>, a sujeição camponesa dentro da fazenda indica uma relação do camponês com o fazendeiro que passa pela lógica da dependência, da troca de favores, da dívida moral. Quando o camponês está fora não está totalmente livre desse tipo de relação, porque a lógica da dominação permeia as relações sociais no sertão de uma maneira geral. Coronel é coronel, dentro ou fora da fazenda. Mas, de toda forma, a saída do camponês da fazenda relativizou e diminuiu o poder do coronel.

Nos assentamentos pesquisados as origens camponesas se encontram em unidades territoriais distintas: fazendas, vilas rurais e cidades pequenas. Como já disse, a maioria das famílias assentadas são oriundas das vilas da área rural. A outra parte das famílias é proveniente das fazendas e cidades próximas, com distância máxima de 40 km, como resume o quadro 15.

#### **Quadro 15 – Ceará.**

Unidades territoriais de origem dos grupos assentados por assentamento.

Assentamentos	Vilas	Fazenda	Cidade
Almécegas	Almécegas		
Ana Veríssimo	Córrego Ana Veríssimo		
Campos do Jordão	Japuara		
Cauassu	Cauassu		
Feijão	Boa Vista dos Caúlas		
Juá		Nova Olinda	
Santa Rita		Santa Rita	Canindé
São Felipe		São Felipe	Acaraú

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra Ma de. Trabalho de campo, Acaraú/Canindé, 2001.

O quadro mostra que a maior parte dos grupos assentados veio de vilas rurais. Desse modo, as relações de sociabilidade familiar e dos grupos construídas cotidianamente no interior dessas vilas foram fundamentais na organização dos grupos e na seleção das pessoas a serem assentadas. Descendência, afinidade, amizade, trabalho com a terra foram relações que pesaram na escolha das famílias. Mas, considerando que era preciso arcar com o pagamento da terra, foram convidadas "pessoas responsáveis, direitas e trabalhadoras".

<sup>19</sup> MARQUES, Marta Inez M. Contribuição dada durante o exame de qualificação deste trabalho. 28/11/2003.

A formação das vilas rurais está atrelada à situação de proletarização transitória vivenciada pelos camponeses, que, negando o cativo, pousam nas vilas, que assim tornam-se lugares de rearticulação dos camponeses.

Algumas dessas vilas se formaram com a decadência da pecuária no sertão, levando a redução do número de moradores nas fazendas. O fazendeiro passou, então a vender ou doar pequenos lotes de sua fazenda aos moradores, como foi o caso da vila Boa Vista dos Caúlas ou vila dos Caúlas, localizada no povoado dos Caiçaras, estrada CE 257, entre os municípios de Canindé e Santa Quitéria.

De acordo com o grupo do Assentamento Feijão, “a ‘vila’ dos Caúlas é antiga. O fazendeiro vendeu pequenos lotes da fazenda, para o pessoal fazer as casas. Primeiro, fizeram duas casas na beira da estrada e o pessoal foi fazendo as casas vizinhas. Eles são trabalhadores avulsos” (Grupo, Feijão, 2001).

Os moradores dessas vilas, na maioria, são camponeses rendeiros ou diaristas, que trabalham nas fazendas próximas. Para poder ter moradia, eles pagam durante anos renda da terra ao fazendeiro que lhes vendeu o chão da casa.

No caso das famílias do Assentamento Feijão, conforme o camponês, “todos os moradores daqui, todos eram da vila dos Caúlas. Trabalhávamos mais para doutor Barros dos Santos. Mas, não tinha fazenda certa, não. Trabalhávamos onde desse certo, como diarista. No inverno, nós plantava e pagava de cinco uma. No ‘verão’, ele nos arrendava a olaria e nós passávamos o ‘verão’ fazendo tijolos, pagando renda de cinco um. Hoje não pagamos mais renda” (sr. Nonato, 36a .Feijão, 2001).

A possibilidade do fim do cativo levou muitos moradores de sujeição a procurar o abrigo das vilas, na busca da liberdade. Lá o crescimento do número de moradores leva a crer que “hoje poucas são as pessoas que moram em fazenda, moram mais em assentamentos, outras tem uma casinha numa vila, para ficar liberto, trabalhando por aqui e por acolá. Só que não é bom, porque de qualquer maneira, a gente paga renda. Já aqui no assentamento, a gente trabalha e fica com o legume e a forragem” (sr. Raimundo, 72a . Feijão, 2002). A foto 01 destaca a configuração da vila dos Caúlas iniciada com a venda de partes da fazenda Feijão em Canindé – Ceará.



Foto 01 – Vila Boa Vista dos Caúlas. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

A vila do Cauassu se localiza na estrada velha Acaraú – Itarema. Nasceu com a estrada do Curral Velho, por volta dos anos de 1940. É uma vila extensa que cresceu com o casamento dos filhos, dos antigos moradores, que, às vezes, vão embora, mas voltam. Outras vezes se arrumam em um pequeno terreno, encostado à casa de parentes. Nem todos têm sítio, só mesmo o espaço da casa.

“A vila é formada por agricultores que se criaram dentro do campo. O mar é para ir buscar só o alimento (sr. Ivan, 19a. Cauassu, 2003)”.

O Cauassu é uma vila rural onde há trabalhadores sertanejos e praianos ou “do seco e do molhado” como costumam falar. Sua proximidade com o mar favorece essa flexibilidade no trabalho com a lavoura e a pesca, embora, no assentamento, a primeira atividade seja muito mais desenvolvida que a segunda.

A carcinicultura empresarial implementada no final dos anos noventa no litoral cearense mexeu com a vila do Cauassu. Quase todos os moradores estão trabalhando nas empresas de camarão. E, hoje, quase não existe mais saída para o mar. Os caminhos de travessia que davam para o mar foram interditados pelas empresas de camarão. De acordo com uma moradora, “é tudo cheio de portões, os vigias, é todo mundo armado. Os ricos invadiram tudo. O IBAMA proíbe a gente de pegar camarão para comer e não proíbe os ricos de cortar o mangue” (d. Maria, 53a. Cauassu, 2003).

O depoimento da moradora reflete, um pouco, sobre o que está sendo a violência privada do capital industrial/ comercial que vem impondo medo e revolta no cotidiano dos moradores das vilas camponesas no litoral cearense.

A foto 02 destaca a vila do Cauassu disposta ao longo da estrada de terra que liga Acaraú a Itarema.



Foto 02 – Vila do Cauassu. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

A vila da Japuaara foi formada a partir da doação de terras de parceleiros para filhos agregados do Assentamento Japuaara. Foi o primeiro assentamento rural de Canindé, desapropriado para 59 famílias a partir da luta pela terra no ano de 1971. Localiza-se na BR 020, na direção Canindé – Quixadá.

No início, a vila era composta por cinco famílias. Depois os filhos se casavam, netos, sobrinhos, e foi aumentando a parentela. Cada família ia cedendo parte do seu terreno para o parente fazer a própria casa. Com o passar dos anos, alguns filhos de parceleiros foram para a cidade e venderam suas casa para outros moradores.

Toda a vila da Japuaara é cercada por uma cerca de madeira e arame que contorna as casas e divide os espaços de moradia. De acordo com os moradores, muita gente cerca a casa com madeira para evitar a entrada de animais doentes. “É porque toda pessoa que faz a casa faz a cerca. Além, disso tem que dividir uma casa da outra, para formar o quintal. Porque se você quiser criar um porco ou outro animal, tem que ser cercado. Mas, só o que dá para criar é gente, mesmo” (sr. Betim, 37a. morador da vila Japuaara, 2003).

A foto 03 ilustra a vila da Japuaara e a forte presença das cercas ao redor das casas e ao longo de toda a vila.



Foto 03 – Vila da Japuaara. OLIVEIRA, Alexandra Ma. de. 2002.

Há vilas oriundas de fazendas, vilas que surgem ao longo das estradas e vilas que emergem no interior dos assentamentos rurais. As fazendas, as vilas e os assentamentos formam, portanto, unidades territoriais e de **sociabilidade camponesa**<sup>20</sup> relevantes no sertão cearense.

#### 4.2 – A seleção das famílias assentadas.

A “reforma agrária de mercado”, como foi visto no capítulo 2, teve a finalidade de desenvolver um novo modelo de reestruturação agrária com base no processo de descentralização da reforma agrária. A seleção das famílias camponesas esteve relacionada à condição de estarem organizadas em **associações**<sup>21</sup>, encarregadas de encaminhar uma série de atividades no processo de constituição dos assentamentos.

---

<sup>20</sup> A sociabilidade camponesa está baseada no trabalho de CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001. Para este autor, elementos como o agrupamento de vizinhança, a base territorial, o sentimento de localidade, a convivência, as práticas de ajuda mútua e as atividades lúdico-religiosas são componentes que definem a sociabilidade dos caipiras dos bairros rurais paulistanos nos anos de 1950 do século passado.

<sup>21</sup> A associação como forma de organização de assentamentos rurais também foi encontrada em D'INCAO, Ma. Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; RODRIGUES, Ma. de Fátima Ferreira. **Terra Camponesa como (re)criação**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1994; SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **A longa marcha**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1999; MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2000 e MOURA, Antônio Marcos Pontes de. Op. Cit., 2003.



As associações teriam as finalidades de selecionar as famílias seguindo os requisitos para a participação na política; escolher o imóvel a ser adquirido e discutir a negociação com o proprietário; preencher o formulário da proposta de financiamento da terra; solicitar ao proprietário o preenchimento da declaração de intenção de venda do imóvel e encaminhar os documentos para o Instituto de Terras do Ceará (IDACE). O Idace se encarregaria de elaborar uma análise de financiamento para a aquisição do imóvel e emitir parecer sobre a transação à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), que emitiria os pareceres finais, autorizando o Banco do Nordeste ou o Banco do Brasil a realizar a contratação do financiamento. O banco procederia à contratação, liberando os recursos financeiros diretamente para o proprietário vendedor e os fornecedores de serviços envolvidos no processo.

As associações deveriam, ainda, identificar e priorizar os investimentos necessários, solicitar a elaboração dos subprojetos identificados mediante o preenchimento de uma proposta de financiamento e encaminhá-la à SDR. A SDR emitiria os pareceres finais e prepararia os convênios para o Banco do Brasil. Instituído o convênio de subprojetos, o banco liberaria, através de conta específica, os recursos financeiros diretamente para as associações. Com todas essas atividades, portanto, burocraticamente, não se poderia negar a participação dos camponeses nos programas.

Com a divulgação da política o que aconteceu de fato foi a formação de inúmeras associações comunitárias e de pequenos produtores em função exclusiva das exigências dos programas. Fato revelado em reportagem ao jornal *O Povo*<sup>22</sup> por representante da CPT e, mais tarde, reforçado no relatório da ABRA, CPT, APR, CJG, FIAN – Brasil, Rede – Brasil e MST sobre o Cédula da Terra no Ceará<sup>23</sup>.

A forma como foi imposta a necessidade das associações favoreceu um processo de constituição de associação com pouca ou nenhuma responsabilidade de grupo. Porém, a forma como elas se mantêm tem demonstrado, cada vez mais, responsabilidade, empenho e união, que se relevam na representatividade dos camponeses no seu processo de constituição.

---

<sup>22</sup> MELO, Flávio Teles. Reforma agrária para o latifúndio. Jornal **O Povo**, Fortaleza, 12/08/1997. Cad. Opinião, p. 7A.

<sup>23</sup> ALENCAR. Fco. Amaro Gomes de et al. Op. Cit., 2002. p. 25.

Um camponês, explicando sobre a formação da sua e de outras associações indicou que estava atrelada, única e exclusivamente, às exigências da política. Ele destacou indícios para a “reforma agrária de mercado” ter desarticulado a luta ambiental na área.

"Antes do projeto de 'reforma agrária solidária', nós fazíamos parte de uma grande associação que lutava pela preservação do manguezal. Com as informações do programa de 'reforma agrária solidária' (no início ouvimos pela televisão, depois nos informamos melhor em Itapipoca), aquela grande associação se desmembrou formando várias outras associações que ganharam o programa de 'reforma agrária solidária'" (sr. Genu, 67a. Cauassu, 2001).

A riqueza do depoimento está no processo dado pelos associados à formação das associações. No depoimento, a necessidade de luta por direitos, que poderia ser uma contribuição da associação ao grupo social que a compõe, foi desintegrada para que as pessoas tivessem acesso à terra. Desse modo, ficou notório que as condições impostas pela política não contribuíram para que os camponeses passassem a se reconhecer como camponeses organizados na luta pela superação da pobreza e no exercício da cidadania no campo. Parece faltar clareza do significado político e social contido no processo de construção de uma associação.

As associações, em sua maioria, foram montadas e legalizadas por cabos eleitorais ligados a partidos políticos do governo, que conseguiram atrelar seus parentes e compadres ao projeto político governamental.

Quanto à relação da “reforma agrária de mercado” com a política no campo, os camponeses revelaram o seguinte.

"Há relação sim. Quando aquela ou essa associação está vinculada a esse ou aquele partido as coisas saem mais depressa ou mais lenta. A associação tem que ter um presidente desenrolado" (sr. Orlando, 37a. Almécegas, 2001).

Dessa forma, quem não é “*desenrolado*” ou não tem apadrinhamento político, fica esperando. De acordo com o camponês,

"em tudo isso há o dedo da política no meio. Os políticos quando querem ajudar, ajudam. Estamos esperando(...), às vezes os políticos prometem uma coisa aqui, outra acolá. Na propaganda, para o governo a prioridade é a 'reforma agrária solidária'. Mas, na prática não tem

sido assim. Até hoje não temos energia. Os projetos chegam e são abocanhados pelos políticos locais" (sr. Orlando, 42a. Campos do Jordão, 2001).

A seleção das pessoas para compor as associações e, conseqüentemente, a serem assentadas, passou por um caminho estranho aos movimentos sociais. Tratou-se de um processo de negociação "pacífico", pensado para tirar das mãos dos movimentos sociais, ligados à Igreja, aos STR's (de esquerda) e ao MST qualquer poder de articulação. Nos casos estudados, políticos locais em troca de favores ou proprietários de terra rentistas que queriam vender suas propriedades delegaram a função de líder a um de seus cabos eleitorais e/ou trabalhadores de confiança com os quais prepararam a documentação necessária para entrar com o pedido de compra da terra junto ao IDACE. O quadro 16 resume as articulações.

#### Quadro 16 – Ceará.

##### Articulação dos grupos para a formação das associações.

Assentamentos	Proprietário	Liderança	Político
Almécegas		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Ana Veríssimo	XXXXXXXX	XXXXXXXX	
Campos do Jordão		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Cauassu		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Feijão		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Juá		XXXXXXXX	XXXXXXXX
Santa Rita	XXXXXXXX	XXXXXXXX	
São Felipe	XXXXXXXX	XXXXXXXX	

Fonte: OLIVEIRA, Alexandra Ma de. Trabalho de campo, Acaraú/Canindé, 2001.

O quadro 16 mostra que, em todos os casos, encontra-se a articulação de um líder local respaldado por um político e/ou um proprietário de terra. O objetivo era comum: tirar vantagem da política governamental. O papel das lideranças foi o de selecionar as famílias para organizar os documentos. Uma seleção que passou por relações de parentesco, vizinhança e afinidades no trabalho com a terra. O papel dos políticos locais e/ou proprietários de terra foi o de incentivar as lideranças, arrumar a documentação necessária para o registro da associação e fazer a ponte entre os líderes e o Instituto de Terras.

Os relatos de duas dessas articulações (Feijão e São Felipe) revelaram os processos a partir dos quais se identifica a prática do clientelismo político via troca de favores políticos por benefícios econômicos.

“Eu nasci e me criei na agricultura, aqui mesmo na Fazenda Feijão. Trabalhava como morador de sujeição e de uns tempo para cá ouvi falar da reforma agrária, que seria mais fácil através da associação. Estudei um pouco e fui atrás do Estatuto e do CGC da associação dos Caúlas, orientado pelo vereador Alvino (PMDB) que deu esclarecimentos. Quando estava organizado os documentos, o patrão falou na venda da terra, colocou sua proposta. Levei os documentos das 10 famílias para o IDACE e este se encarregou de mandar a fiscalização. A terra escolhida, passou pela fiscalização do IDACE, pelo valor de R\$ 64.200,00 (sessenta e quatro mil e duzentos reais), e para cada família ficaria na faixa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)” (Sr. Francisco, 53a. Feijão, 2001).

Na articulação para a compra da fazenda Feijão, o primeiro presidente e articulador da Associação Comunitária dos Produtores da Boa Vista dos Caúlas revelou o envolvimento político de um vereador do PMDB na orientação sobre os trâmites para a legalização e formação da associação, e conseqüente compra da terra. Geralmente, o interesse de um político local com a formação de um assentamento tem sido o de arrecadar votos para a sua candidatura. Com a “reforma agrária de mercado”, esse interesse foi revigorado, reafirmando a disputa política no campo. Conforme o depoimento a relação do programa com a política no campo passou pela articulação do vereador com o proprietário da terra, que, diante do processo de formalização da associação, logo ofereceu a terra para venda.

No caso do Assentamento São Felipe, a articulação partiu da ex-proprietária, que, em conjunto com o técnico do Instituto de Terras, convenceu o camponês a organizar o grupo para a compra da terra, dando um caráter místico ao processo de constituição do programa.

“Primeiro teve uma reunião com a d. Mirtes, ela pediu nossos documentos. Foram 24 famílias (...) Eu tenho 34 anos que trabalho aqui dentro. Eu tomava conta dessa terra. Eu era o rendeiro, era o cabeça. Os donos viviam em Fortaleza, e aqui quem mandava era eu, em toda terra. Aí quando foi outro dia a d. Mirtes disse: ‘José, eu vou vender a terra. Mas, eu vou caçar um jeito de você não sair da terra’. Aí, quando chegou a conclusão foi de comprar, aí veio primeiro o dr. Armando (IDACE). Ele chegou mandou me chamar. Eu morava lá no Buriti, eu vim, cheguei aqui, Dr. Armando disse: ‘vamos dá uma voltinha’ . Eu disse: ‘vamos’. Ele disse: ‘sr. José, você alcançou de ouvir falar que vinha um tempo de forrar as terras para a pobreza trabalhar’. Eu disse: ‘eu ouvi, mas, é uma coisa que eu não tenho fé e nem esperança que possa vir’. Ele disse: ‘falaram de forrar as terras assim, tirar de quem tinha para dar a quem não tinha. Agora, eles estudaram todos os meios e não encontraram. O meio que encontraram foi o de comprar as terras

de quem tinha e fazer os assentamentos e cadastrar as pessoas para botar para trabalhar'. Eu disse: 'Eh, doutor, o governo não dá nada a ninguém, não'" (sr. José, 65a. São Felipe, 2003).

Na articulação para a compra da fazenda São Felipe, o líder e articulador da Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe revelou o explícito interesse de venda da ex-proprietária da terra, e do técnico do IDACE, na orientação sobre os trâmites legais para a legalização da associação e conseqüente compra da terra.

Assim, a organização política dos grupos assentados foi feita com base em um projeto de associação, proposto pelo governo do Estado, estritamente baseado na burocracia. Porém, ao longo do processo, as associações foram ganhando vida, dinâmicas próprias. Elas surgiram forjadas, negando os movimentos sociais na luta pela reforma agrária, dando respaldo político ao governo, aos cabos eleitorais e proprietários de terra, mas, ao longo do processo, desenvolveram essa outra face, a face de um campesinato que possui experiências de vida em comum, que lhe confere uma consciência crítica construída na luta pela terra e pela liberdade no trabalho familiar, e que vem assumindo o compromisso com sua organização política e social.

Em síntese, muito antes de ser uma opção ou uma luta dos pobres, a "reforma agrária de mercado" foi uma negociação do governo com os políticos locais e proprietários de terra rentistas. Uma negociação que fortaleceu a aliança entre proprietários de terra e capitalistas comerciantes com o claro objetivo de desmobilizar os movimentos sociais e viabilizar a apropriação da **renda capitalizada da terra**.

Essa aliança foi repactuada no momento da implementação da política no Estado do Ceará. No caso das terras que constituem os assentamentos em questão, em sua maioria, eram médias propriedades "produtivas", portanto, se não houvesse grandes propriedades improdutivas, na região, de acordo com a legislação, o Estado teria agido de forma correta, criando um programa de crédito fundiário para compra e venda de terras. Entretanto, não houve uma preocupação mínima de aplicar a legislação e muito menos um mecanismo que regulamentasse o preço das terras, levando a uma supervalorização dos preços e uma impossibilidade de pagamento pelos camponeses.

O desenvolvimentos do capitalismo no campo cearense vai se dando contraditoriamente via acumulação do capital entre os **capitalistas** e **proprietários de terra rentistas** e a conquista de frações do território capitalista pelos camponeses assentados.

Nos depoimentos dos ex-proprietários de terra sobre os investimentos feitos com o dinheiro adquirido com a venda das terras, ficaram claros os investimentos na modernização e manutenção da propriedade privada da terra e em atividades com o comércio urbano. Revela-se, portanto, que a **produção do capital no campo** tem se dado a partir da renda capitalizada da terra.

“O dinheiro, apliquei na outra propriedade rural, em mais duas propriedades rurais ou três que nós temos. Foi aplicado no plantio e beneficiamento de coqueiro. Como eu estava precisando, ou eu vendia uma, ou ficavam todas as propriedades sem ter adubo, sem eu plantar. Já tinha plantado, os coqueiros estavam pequenos, tinha que comprar pipa para aguar, tinha que comprar insumos que é o adubo químico para colocar, tinha que comprar esterco de galinha que é para colocar na adubação e cercar outras terras que eu tinha que cercar. E todo o dinheiro foi empregado nessas outras terra. (...) também, estou indo criar camarão em cativeiro para ver se melhora a situação” (sr. Araújo, 53a. Acaraú, 2002).

Segundo esse relato, a renda capitalizada da terra foi convertida em capital nas propriedades fundiárias. O investimento deve gerar rendas diferenciais, ou seja, sobra acima do **lucro médio**<sup>24</sup> e em novos investimentos empresariais que devem produzir um **lucro extraordinário**, acima do lucro médio. Um outro relato mostra que o proprietário rentista vendeu a terra que era mantida como reserva de valor e reserva patrimonial e continuou mantendo investimento na pecuária e no comércio.

“A terra foi comprada pelo meu pai. Há cinco anos venho tentando investir na criação de gado, fiz um empréstimo no banco, mas, não consegui pagar e, por isso, vendi a terra. Com o dinheiro da venda da terra, melhorei o comércio e ampliei o número de cabeças de gado na outra fazenda. A pecuária, é pouca, o gado é para corte” (sr. Glaúcio, 23a. Canindé, 2002).

A partir desses depoimentos é possível compreender que a expansão capitalista no campo vem se dando, também, com a acumulação e produção do

---

<sup>24</sup> Lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, lucro esse sem o qual nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990a. p.73.

capital a partir da renda capitalizada da terra entre grupos de capitalistas e proprietários de terra rentistas, residentes na área urbana.

Em resumo, a política do governo do Estado do Ceará em parceria com o Banco Mundial dinamizou o mercado de terras e estimulou o desenvolvimento de assentamentos rurais. Os camponeses foram incentivados a se converterem em proprietários de terras e os proprietários de terras foram convidados a investirem mais em suas propriedades, a se associarem ao capital comercial e a venderem suas terras em condições altamente favoráveis pela especulação imobiliária decorrente da própria política governamental.

Ao retomar a leitura de **Martins**<sup>25</sup> e **Oliveira**<sup>26</sup>, sobre o caráter rentista da terra no Brasil, constata-se que a irracionalidade presente na forma de expansão capitalista está justamente na propriedade privada da terra, utilizada para obtenção de subsídios governamentais e para exploração do trabalho alheio que produz renda territorial (apropriada pelos rentistas) e não para produzir alimentos ou redefinir formas de vida. Assim, os proprietários de terra rentistas e/ou capitalistas mantêm com a terra uma lógica de mercado, em que a terra é negócio, completamente distinta da lógica camponesa, segundo a qual a terra é trabalho.

#### **4.3 – A formação dos assentamentos.**

A formação dos assentamentos deve ser entendida no seio do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo no território brasileiro. Um processo historicamente constituído, no qual a terra tem sido mantida como propriedade privada pelos capitalistas rentistas que a utilizam como reserva de valor e reserva patrimonial. Assim, em vez de ser terra de trabalho, ela tem servido para exploração do trabalho alheio, gerando renda para os proprietários de terra e capitalistas rentistas. Aos camponeses resta, portanto, a luta para entrar na terra e nela ver nascer a possibilidade de construção de uma vida digna no campo. Nesse processo, a posse da terra e a liberdade no trabalho são condições

---

<sup>25</sup> MARTINS, José de Souza. Op. Cit. 1981, 1995 e 1999.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit., 1981, 1991 e 1998.

necessárias para a recriação de territorialidades específicas fundamentais na constituição da **parcela camponesa do território**.

De acordo com **Oliveira**<sup>27</sup>, o processo de construção do território deve ser entendido como

“síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É pois produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um *prius* ou um *a priori* mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção, e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução”.

Para esse autor, as marcas do processo de constituição do território capitalista podem ser sentidas no campo brasileiro. De um lado, está o desenvolvimento da agricultura capitalista, com base no agronegócio, no qual proprietários e/ou capitalistas rentistas estão se apropriando do lucro e da renda capitalista da terra. De outro lado, está o processo de expansão da agricultura camponesa, no qual as ocupações e os assentamentos fortalecem a luta pela terra. Nesse processo, o capital vem procurando desenvolver liames de subordinação para apropriar-se da renda camponesa da terra e transformá-la em capital.

Conforme **Oliveira**<sup>28</sup>, a luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência forjou a construção de um território capitalista que vem sendo contestado. “Os movimentos sociais de luta surgem no meio da contradição presente no desenvolvimento do capitalismo” e são partes fundantes dessa contestação.

---

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. São Paulo: [s.n.], 1998. Grifos do autor.

<sup>28</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro. São Paulo: REA 15 (43), 2001. p.191.



Para **Fernandes**<sup>29</sup>, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é a principal forma de organização social na luta pela terra e pela reforma agrária em quase todo o Brasil. Sua ação tem levado à conquista de frações do território capitalista, que reafirmam e valorizam o processo de espacialização do movimento e territorialização da luta pela terra. “Os assentamentos são conquistas de frações do território capitalista”. Neles, estão sendo semeadas a liberdade do trabalho familiar e a luta pela construção da cidadania no campo.

Como já visto, nos assentamentos em estudo, a organização social e política dos grupos aconteceu com base no **projeto de associação** proposto pelo governo do Estado. Foi definido um modelo de organização dos assentamentos constituído de uma representação idealizada da participação dos agricultores camponeses no processo maior de criação de um “novo mundo rural”.

Nesse processo, haveria a transformação dos camponeses em **agricultores familiares**, que estariam vivenciando o contexto das transformações do mundo rural, o qual, teoricamente, tem exigido cada vez mais “empresários” para atuar no agronegócio ou negócio familiar rural<sup>30</sup>. O camponês, ao manter a capacidade competitiva e ter presente a visão da cadeia econômica do produto no mercado, seria um “**novo empreendedor**” do campo.

Portanto, o “novo rural brasileiro” passaria por uma urbanização do campo sob a lógica capitalista, na qual, de certo, haveria lugar para uma massa de pobres que se proletarizam no campo. A unidade de consumo e produção camponesa seria um resíduo histórico em vias de extinção do processo de transformação capitalista e a agricultura tenderia a ser uma atividade meramente complementar na renda familiar que passaria pela indústria, turismo e lazer, artesanato e serviços profissionais especializados. Deste modo, a reforma agrária não teria o mesmo sentido, já que o camponês inevitavelmente desapareceria na sociedade capitalista.

É possível afirmar que o projeto de “integração” ao mercado proposto pelo governo aos camponeses foi de encontro à realidade deles. Isto porque no discurso da eficiência da agricultura familiar não há lugar para o **campesinato**

---

<sup>29</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Formação e Territorialização** em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996. p.17.

<sup>30</sup> BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Programa novo mundo rural. Brasília: DF, 1999.

**tradicional.** E esse camponês, sem inclusão no sistema econômico de mercado, é entendido como um sujeito social de fora do capitalismo.

Ao analisar os aspectos referentes à organização social e política dos grupos assentados, foi possível entender as formas de territorialização nos sete primeiros anos dos assentamentos (1997-2004). Nessa fase, os camponeses organizaram-se na luta cotidiana para fazer valer a conquista da **fração do território capitalista.**

A organização dos Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe se deu com traços próprios do campesinato no Ceará, entre os quais destacam-se a luta pela posse e uso da terra, a liberdade do trabalho familiar, os laços de parentesco e a religiosidade sertaneja<sup>31</sup>. A influência significativa desses traços na vida dos assentados fez da organização social, política e econômica nos assentamentos um modelo de comunidade.

Para **Martins**<sup>32</sup>, a noção de comunidade como forma social utópica é o que

“estipula a unicidade do caso no estudo da comunidade e, portanto, a consciência que se exprime na utopia comunitária. Isto é, (...), a existência do camponês é a condição da produção da comunidade utópica. À medida em que se analisa cientificamente o grupo que se vê mediante a utopia comunitária, descobre-se as relações em que se funda a utopia, isto é, descobre-se os vínculos de marginalização do camponês, ou seja, o processo social, como consciência e como dimensão objetiva. Aí, a comunidade aparece como forma de consciência do camponês, engendrada pelas contradições da formação capitalista”.

Para o autor, a utopia comunitária se constrói na consciência crítica do grupo, ou seja, é a luta pela negação da condição que lhe está imposta o fundamento da constituição da comunidade camponesa.

---

<sup>31</sup> A religiosidade sertaneja está baseada em CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Para este autor, a religiosidade do sertanejo é constituída de uma sólida fé religiosa que tem como premissa a reza feita para sua própria proteção e melhoria. Essa religião do sertão está provida de uma moral camponesa. Daí, personagens como o Lampião, cujos pecados foram horríveis, poder ser considerado um homem bom. A prática religiosa de rezar freqüentemente, o respeito profundo aos padres, a exemplo o Padre Cícero no Ceará ser considerado um Santo, o uso de orações escritas à mão, o ato de guardar santinhos na carteira de dinheiro, o uso de escapulários pendurados no pescoço, o respeito aos dias Santos, o jejum na Semana Santa são regras práticas seguidas entre os católicos do sertão.

<sup>32</sup> MARTINS, José de Souza. **Imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973 p.40. Grifos do autor.

**Castro Oliveira**<sup>33</sup>, ao analisar a recriação do sítio camponês e o movimento sócio-religioso do “Aparecidão” em Mirassol D’Oeste e Quatro Marcos no Mato Grosso, revelou o movimento camponês como possibilidade de rebeldia camponesa. Isso porque as práticas religiosas, ao invés de conservadoras ou alienadas, significavam um momento pelo qual os camponeses restabeleciam relações que lhes asseguravam níveis de sociabilidade, capazes de permitir o enfrentamento com a nova ordem imposta. Portanto, para a autora, o caráter utópico cristão da religião contém a possibilidade da rebeldia camponesa.

Nos assentamentos em estudo, a memória camponesa pautada na religiosidade sertaneja busca entender as desigualdades sociais apontando mudanças na condição de vida dos pobres.

“No começo do mundo não tinha nada cercado. Quando Deus, nosso senhor, criou o mundo ele não deixou terra para ninguém. Ele não reservou terra para seu ninguém, ele não partiu terra para ninguém, era tudo “solto”. Aí quando começou a aumentar o povo do mundo, tinha uns menos e uns mais. Aqueles mais se aproximavam daqui para aí e os menos ficavam para cá. E os mais iam aumentando lá o deles e os menos ficando para trás. Com a continuação do tempo eles [os mais] puxavam mais para lá e iam aumentando lá o deles e os menos ficando para cá. E assim, foi quando formou o patrão e o morador. Se eu tinha terra e o Francisco não tinha, ele vinha me pedir a morada. Se eu tivesse boa vontade de dar, eu dava a morada para ele. Aí ele ia trabalhar para mim, ia ser sujeito a mim, que ele estava morando dentro do que era meu. Aí eu acho que começou assim... É por isso que hoje em dia tem uns mais e uns menos. Eu alcancei, meus tios dizendo: ‘eh minha filha a coisa tá mudando e vai mudar. Eu não alcanço, mas você vai alcançar’. Ai eu ficava, meu Deus o quê a madrinha quer dizer com isso? Ela dizia: ‘minha filha vai chegar um tempo dos pobres. Quem for pobre vai possuir as coisas e os ricos vão ficar pobres e os pobres vão ficar rico e a gente vai comprar farinha trepada nas prateleira’. Daquele tempo para cá eu fico pensando os ricos estão ficando pobres. Você repare que tem muita gente rica, mais tem muita gente que já perdeu o que tinha. Nós era tudo pequeno, tudo morador dos outros e hoje em dia nós já mora bem dizer no que é nosso, em terra comprada pelo governo, casa feita pelo governo e o dono daqui não manda mais em nada, não tem mais nada. Eu acho que com a continuação do tempo vai mudar as coisas e se, ainda, tivesse mais ajuda do governo ainda mudava mais” (d. Maria, 58a. Juá, 2003).

Nesse depoimento, a memória camponesa apresenta um traço de rebeldia em relação às desigualdades sociais, ao mesmo tempo que, alimentada pela fé cristã, revela melhorias na vida camponesa.

---

<sup>33</sup> CASTRO OLIVEIRA, Bernadete. **Tempo de travessia, tempo de recriação**. São Paulo: FFLCH/DA/USP, 1998.

A união de famílias de origens quase sempre comuns, cada qual a sua maneira, com seus interesses e sua religiosidade sertaneja, suas experiências de vida, possibilitou o fortalecimento da construção da utopia de formação de uma nova comunidade na luta pela terra.

“Nós vivemos numa comunidade, a gente chama de comunidade. Porque é assim, tem que estar todo mundo junto para poder dar certo” (sr. Antônio, 72a. Juá, 2002).

A comunidade como forma de sociedade utópica apareceu como um projeto de todos que surgiu na luta pela terra e pela liberdade do trabalho familiar. Nesse sentido, não há diferença entre as noções de comunidade e associação, ambas encontram-se atravessadas pela utopia camponesa de terra e liberdade.

A comunidade como forma social, também, desenvolve formas de sociabilidades que se territorializam nos assentamentos. Muitas vezes, o assentamento apareceu como sinônimo de comunidade. Como por exemplo, na expressão camponesa: “a comunidade do Juá”. Aí, a comunidade também absorve um sentido territorial.

As comunidades se mostraram organizadas a partir de um conjunto de normas e práticas determinadas, muitas vezes, sob a influência dos técnicos, porém, postas em prática pelos assentados em função de seus objetivos político-estratégicos e das necessidades imediatas do grupo. A vida no assentamento envolveu as experiências anteriores de cada um dos assentados no processo de reprodução da unidade camponesa. Assim, os assentados se organizam com base nos princípios do trabalho com a terra, da responsabilidade com a família e da liberdade e autonomia no trabalho familiar.

No processo, a política governamental elegeu as associações como entidades intermediárias na relação governo – assentados. Como entidades com existência formal, jurídica e legal, as verbas são repassadas por meio das associações, que, também, assumem a dívida do financiamento da compra das terras. O acesso à terra via IDACE e SDR (atual SEAGRI) implicou na responsabilização desses órgãos pelo grupo. O grupo, vivendo em sua maioria em condições muito precárias, passou a contar com alguma assistência financeira e técnica, representando uma forma de integração dos camponeses à sociedade envolvente e as suas leis.

De acordo com o INCRA-CE<sup>34</sup>, os assentamentos no Estado Ceará, desde meados dos anos de 1980, adotaram o modelo misto de organização e produção. O chamado modelo misto ocorre em um processo de discussão com a comunidade, no qual são definidas coletivamente normas de utilização da terra e de equipamentos coletivos, tais como áreas de aluvião, terras de várzea, açudes, rios, pastagens, grandes cultivos, tratores, forrageiras, etc. A partir da definição da área coletiva e da área de uso individual (familiar), organiza-se o trabalho coletivo e o individual (familiar), com a participação de representantes das famílias assentadas.

Desse modo, a presença da produção coletiva tem sido algo discutido em conjunto ao longo do processo de constituição dos assentamentos no estado.

A assessoria técnica da “reforma agrária de mercado” procurou copiar o modelo misto dos assentamentos do INCRA, porém, valorizando a produção coletiva como uma forma de garantir verbas para o pagamento da terra. É o que mostra o depoimento da técnica da SEAGRI.

“A experiência tem mostrado que quem tem o coletivo como reserva tem conseguido um dinheiro para ajudar no pagamento das parcelas. Quase todos que pagaram tinha um coletivo como fundo de reserva. A produção coletiva, na orientação é importante, mas, não pode obrigar” (D. Leuda Cândido. Gerente do Núcleo de Reestruturação Fundiária da SEAGRI – CE. Fortaleza, 2005).

Nos assentamentos, a produção coletiva foi, de certa forma, colocada pelos técnicos como o único caminho possível para o pagamento da terra. Portanto, era preciso ter o coletivo, o que causou muita confusão na cabeça dos camponeses.

Nesses sete anos (1997-2004), de acordo com os técnicos responsáveis pelos assentamentos, havia assentamentos funcionando bem, com boa coordenação e vistos como exemplos de organização a serem seguidos na região. Mas, havia também assentamentos considerados com baixo nível de organização.

Em todos os assentamentos foram estabelecidas finalidades de atuação das associações com base em um estatuto, aprovado por consenso. O quadro 17 resume algumas dessas finalidades.

---

<sup>34</sup> CEARÁ. GOVERNO DO ESTADO. PRRA. Fortaleza: INCRA-CE, 2004.

## Quadro 17 – Ceará.

### Finalidades presentes nos estatutos das associações.

Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Juá. Canindé.	Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe. Acaraú.
<p>Finalidades</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- promover o desenvolvimento sócio- econômico, cultural de seus associados;</li><li>- lutar para alcançar interesses comuns;</li><li>- lutar para implantação de indústrias e outros meios de trabalhos que visem melhorar a vida da população;</li><li>- promover, despertar e incentivar a arte e a cultura popular no município de Canindé;</li><li>- manter convênios ou outros instrumentos legais, com órgãos públicos e privados, objetivando captar recursos que permitam o desenvolvimento sócio-econômico dos associados;</li><li>- promover pesquisas dos reais problemas da localidade e elaborar planos de urbanização e serviços que melhor convenham aos interesses da população;</li><li>- desenvolver e fortalecer junto aos moradores os princípios da amizade, união e solidariedade humana;</li><li>- estimular a troca de experiências e a realização de ações comuns entre esta população e a população de outras localidades, sempre que para isto haja necessidade;</li><li>- lutar pela instalação de energia e saneamento básico e pela construção de calçamento e urbanização para a localidade;</li></ul>	<p>Finalidades</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- organizar as famílias dos moradores rurais da localidade São Felipe, com vistas à defesa de seus interesses e reivindicar junto aos poderes públicos a execução das medidas que lhes assegure de uma maior produção no setor primário e a satisfação de suas fundamentais necessidades como abastecimento d'água e saneamento básico, educação, saúde. De modo a garantir uma melhor qualidade de vida.</li><li>- promover atividades que visem divulgar informações sobre agricultura, pecuária, piscicultura, saúde, educação, habitação, urbanismo, segurança pública, lazer e todos os aspectos da vida das famílias, através de cursos, palestras, com o fim de preparar as famílias para alcançar seus objetivos;</li><li>- promover a pesquisa dos reais problemas da comunidade e elaborar planos de produção, urbanização e serviços, como abastecimento d'água juntamente ao saneamento básico e outros que melhor convenham aos seus interesses.</li><li>- promover a integração de recursos com instituições congêneres para resolução de problemas diversos e entre eles abastecimento d'água e saneamento básico.</li></ul>

Fonte: Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Juá - Canindé e Estatuto da Associação Comunitária dos Moradores de São Felipe - Acaraú. Ceará, 2003.

Essas finalidades revelam preocupação com o desenvolvimento sócio-cultural, político e econômico, com a produção agrícola e com a integração das comunidades às instituições de pesquisa para o desenvolvimento local. Essas responsabilidades do grupo são estratégias de uma conduta moral, que, em condições objetivas, estão determinadas nos estatutos das associações. Todavia, não há discussão prévia para a aceitação ou não dessas estratégias. Na maioria das vezes, houve a reprodução de estatuto, uma prática comum no processo de criação das associações. Essa prática fragilizou a importância do documento no interior da comunidade. Daí, muitas vezes, o estatuto aparecer como uma lei pouco conhecida, mas geralmente temida.

As estratégias determinadas pelos estatutos, que no interior dos assentamentos têm peso de lei, estão atravessadas por uma **conduta moral**<sup>35</sup>. Todo trabalhador rural sem terra ou com pouca terra que desejasse participar do assentamento tinha que ser filiado à associação. A condição de sócio se impôs como uma obrigação. Caso o camponês tivesse algum impedimento para se integrar ao grupo imediatamente, ele poderia permanecer na sua moradia. O importante era ele dar o seu trabalho no coletivo do assentamento.

Em alguns assentamentos, alguns assentados não moram, apenas trabalham. Na explicação de um assentado para essa situação apareceu o fato de o assentamento não ter estrutura para abrigar todas as famílias.

“Eles não estão morando diretamente, indiretamente eles estão morando. Vou lhe dizer a razão: todos os dias eles estão trabalhando. Quando eles não estão trabalhando aqui, eles estão nas casas que eles já tinham. Porque vou lhe explicar a razão, nós viemos conscientes que todos os assentados eram para morar no assentamento. Mas é aquela coisa, quando nós chegamos aqui, fizemos um levantamento: se a curto prazo todos nós fôssemos sobreviver só do que tinha aqui dentro, nós íamos ter alguma dificuldade de vida. Nós íamos comer tudo que tinha para se manter e o assentamento, futuramente, a tendência era se acabar. Então, nós chegamos no bom senso: os que quisessem vir primeiro, vem. Os outros que quisessem vir com o tempo, tudo bem. Todo dia vocês vão e vem. Porque se vierem todas as treze famílias, não vai dar” (sr. Vavai, 48a. Cauassu, 2002).

Assim, os camponeses aguardam um tempo para que haja condições melhores e o assentamento possa possibilitar a sua manutenção como unidade de consumo e produção bem como a reprodução familiar de seus assentados. Tal política interna apareceu como uma estratégia de reprodução camponesa, sobretudo, em assentamentos onde parte dos assentados era parente de minifundiários.

O estatuto, também, impõe limites claros à liberdade de ir e vir do indivíduo, que deve se subordinar às necessidades do conjunto. O não cumprimento das regras pode trazer ao infrator um simples advertimento ou, num caso mais extremo, a punição com a sua expulsão do assentamento. Porém,

---

<sup>35</sup> A conduta moral está baseada na análise de WOORTMANN, Klass. **Com parente não se neguceia**. Anuário **Antropológico**. n. 87. Brasília: Unb, 1990. sobre o campesinato brasileiro, apreendido como ordem moral. Valores éticos, religiosidade, parentesco, relações de trabalho e produção, e práticas culturais dentre outros, são componentes de uma chamada “campesinidade” que se expressa em graus distintos no campo brasileiro. Para este autor, a ordem moral camponesa estaria em oposição a ordem econômica da sociedade moderna.

qualquer tipo de decisão é submetida à aprovação da assembléia. Já houve casos de expulsão por desrespeito aos companheiros, como mostra o trecho da Ata de reunião que segue:

“O grupo deste assentamento se reuniu para julgar uma irregularidade causada por um dos membros que compõe esta associação. (...), que a muito tempo vem desrespeitando seus colegas de trabalho com palavras agressivas. O grupo até agora usou o bom senso aconselhando e dando sempre mais uma oportunidade. Desta vez, ele usou uma teimosia contra todos, queimando com fogo em torno de equivalente a 30 pés de coqueiros produtivos. O grupo se manifestou e resolveu lhe tirar fora do assentamento, ele não compareceu para se defender”(Ana Veríssimo, Acaraú, 2001).

Como se pode notar, o grupo tolerou agressões verbais por muito tempo, mas a causa maior da opção pela saída do assentado foi a agressão que se deu com a queima de parte dos coqueiros produtivos, que também foi vista como uma violência contra todos, já que o coqueiral é a principal produção do trabalho coletivo.

Em outro assentamento, a incapacidade dos filhos de assumir o trabalho no assentamento levou à desistência de uma família.

“Estivemos reunidos na sede da associação, para fazer algumas mudanças necessárias e (...) algumas substituições. Neste caso, deixou a vaga a critério da associação, (...) por não ter mais capacidade de trabalho e os filhos não quererem assumir” (São Felipe, Acaraú, 2001).

Para a associação o chefe de família deve assumir o trabalho no assentamento. Se não estiver em condições cabe aos filhos prezar pela continuidade do trabalho na terra. Se os filhos não assumem, revelam a incapacidade da família em manter o trabalho no assentamento, sobretudo, o coletivo, que, em muitos casos, apareceu como obrigação de todos. Portanto, a disposição física para o trabalho no campo é mais um componente que define a continuidade no assentamento.

**A assembléia é a instância de decisões maior da comunidade**<sup>36</sup>. Da mesma forma que ela decide sobre quem sai, ela também delibera quem entra.

---

<sup>36</sup> A presença da assembléia como instância de decisões maior da comunidade, também, apareceu em RODRIGUES, Ma. de Fátima Ferreira. Op. Cit., 1994; MARCOS, Valéria de. **Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1996; SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Op. Cit., 1999; MARQUES, Marta Inez M. Op. Cit., 2000 e MOURA, Antônio Marcos Pondes de. Op. Cit., 2003.



Assim, como nos assentamentos estudados por **Moura**<sup>37</sup>, sempre que necessário, foi o grupo que selecionou os novos assentados para substituir aqueles que saíram. A admissão de novas famílias na comunidade tem sido algo freqüente nesses sete anos dos assentamentos, devido à existência de casos de expulsão e de desistência, também causados pelo temor de não ter condições financeiras para conseguir pagar a terra.

Nos casos em que houve a admissão de novas famílias nos assentamentos, a assembléia encaminhou ao IDACE a Ata da reunião, comunicando o fato e apresentando os novos candidatos a parceleiros. Como revela o trecho da Ata de reunião seguinte.

“Ata da reunião dos associados (...), foram feitas as seguintes substituições: saiu o senhor (...), substituí o sr. (...). Foram feitas 07 (sete) substituições, (...). Então, a associação tomou esta decisão de futuramente fazer estas mudanças por que eram pessoas jovens, tinham tudo pela frente e seus familiares não queriam que eles fossem embora para não sofrer e nem se marginalizar em outras cidades ou estados. A associação ficou muito satisfeita com estas substituições, estão todos os familiares satisfeitos na sua terra de origem, assumindo compromissos, responsabilidade, dívidas de Banco do projeto reforma agrária, assumindo todos os trabalhos da associação, direitos e deveres, e obrigações” (Cauassu, Acaraú, 1998).

No processo de substituição, o novo parceleiro fica ciente de seus direitos e deveres, assumindo as regras presentes na comunidade e os compromissos e responsabilidades com as dívidas do pagamento da terra junto ao banco deixadas pelo parceleiro anterior.

A secretaria de agricultura e o órgão de terras do Ceará, oficialmente, selecionam a nova família que será assentada a partir de critérios burocráticos. São encaminhados ofícios da associação à SDR e ao IDACE, documentos de identificação (RG e CPF) e cópia da Ata de reunião. Não foi encontrado nenhum caso de seleção realizada pelos assentados reprovada pelos órgãos governamentais.

As reuniões e assembléias são, normalmente, quinzenais e mensais, dependendo das necessidades do grupo. São abertas à participação de todos os membros da comunidade, não importando o sexo e a idade. A prática democrática na condução dos assuntos cabe geralmente ao presidente da

---

<sup>37</sup> MOURA, Antônio Marcos Pontes de. Op. Cit., 2003.

associação. As reuniões são realizadas na antiga casa-grande denominada sede ou em barracões da comunidade de fácil acesso para todos, como revela a foto 04.



Foto 04 – Reunião na Comunidade do Juá. Oliveira, Alexandra Ma. de. 2002.

**Rodrigues**<sup>38</sup>, ao analisar a (re)criação de camponeses e pescadores no Assentamento Maceió, localizado no litoral norte do Ceará, revelou a importância das mulheres, desde o início do processo de luta pela terra. Foram as mulheres que, reunidas para rezar, resolveram enfrentar os patrões e incentivar seus companheiros a não pagarem a renda da terra. Conforme a autora, no Assentamento Maceió, as mulheres vêm ocupando, costumeiramente, cargos de liderança. Como as presidências da Associação Comunitária do Imóvel Maceió e da Cooperativa de Produção Agropecuária do Imóvel Maceió, cargos considerados de maior responsabilidade no Assentamento.

A liderança feminina no encaminhamento das ações de luta pela terra, também foi analisada por **Lima**<sup>39</sup>. Para esta autora, a disputa pela posse dos terrenos de marinha no litoral cearense, nas últimas décadas, é a raiz dos conflitos entre as comunidades pesqueiras marítimas e os grileiros de terra. Nas comunidades pesqueiras de Batoque, Prainha do Canto Verde e Redonda são as mulheres que estão se organizando e fortalecendo a luta pela terra e o trabalho no mar em resistência aos especuladores. Nessas comunidades, as lutas foram sendo construídas por pequenos grupos de moradores com significativa presença e participação das mulheres.

---

<sup>38</sup> RODRIGUES, Ma. de Fátima Ferreira. Op. Cit., 1994.

<sup>39</sup> LIMA, Ma. do Céu de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2002.

Diferente do que foi visto no Assentamento Maceió e nas comunidades pesqueiras do Batoque, Prainha do Canto Verde e Redonda, a **participação das mulheres** nos assentamentos estudados é tímida, porém tem sido algo bem aceito, sobretudo quando a comunidade se apresenta como entidade política face ao Estado. Foram encontradas mulheres ocupando cargos de secretária, no Assentamento Juá, e tesoureira, no Assentamento São Felipe.

“Eu sou associada e sou a tesoureira. Tem outras duas que são suplentes. As mulheres que participam da associação podem resolver qualquer assunto da associação, seja no centro da cidade, na EMATER–CE, no banco ou em qualquer outra parte. Quando temos algum serviço para resolver da associação, quem trabalha no coletivo somos nós. Naquele dia, não precisa meu marido ir trabalhar no coletivo, eu vou trabalhar no coletivo via serviço da associação” (Helena, 36a. São Felipe, 2004).

Desse modo, a presença das mulheres em cargos nas associações, por um lado, revela a capacidade delas em lidar com os assuntos burocráticos relacionados ao assentamento e, por outro lado, as coloca na responsabilidade do trabalho coletivo.

Na avaliação de uma ex-secretária da Associação do Juá, a participação das mulheres nos assentamentos é muito importante, como associada e membro da família.

“Porque a mulher de tudo faz um pouco, elas trabalham em casa, participam das reuniões e trabalham nos roçados. Eu trabalhei muito na associação, mas, hoje estou me dedicando ao Movimento dos Sem Terra. Acho importante porque a gente aprende a cada dia mais e, isso que eu estou aprendendo, estou trazendo para dentro do assentamento para as mulheres, mas seria melhor que elas pudessem participar mais. A mulher tem que buscar conhecer seus direitos. Os homens às vezes querem ter mais. Mas, os direitos são iguais” (Edilenice, 23a. Juá, 2004).

A participação das mulheres em cargos nas associações está ligada, ainda, ao grau de instrução entre elas. O saber ler e escrever permite as mulheres um rápido entendimento das informações novas e uma maior habilidade de repassá-las ao grupo. Esse é um ponto que alguns assentamentos estão conseguindo trabalhar muito bem.

Ao longo dos anos de implantação, os assentamentos mantiveram fortes vínculos com o Instituto de Terras. A dependência com relação a esse órgão

diminuiu a autonomia do grupo nas decisões internas, em assuntos de interesse exclusivo do grupo. A interferência da institucionalidade na comunidade chegou a afetar os mecanismos de decisão e representação política e de questões referentes à prática cotidiana dos assentados.

Casos em que a associação foi vítima dos técnicos foram relatados em um dos últimos relatórios sobre o Cédula da Terra no Nordeste que revelou o papel secundário desempenhado pelas associações. Conforme **Sauer**<sup>40</sup>, “o papel reservado ao órgão oficial seria apenas de apoio, mas o que ocorre é exatamente o inverso. O poder de escolha e decisão fica concentrado nos técnicos dos órgãos, impedindo um processo participativo e educativo”.

A análise do autor foi endossada nas críticas contidas no documento apresentado pelos camponeses do Assentamento Feijão. Como mostra o seguinte trecho da Ata de reunião.

“Associação Boa Vista dos Caúlas, fazenda Feijão, nós do assentamento Feijão. Nós assentados contamos ao técnico do IDACE que estamos sendo ameaçados, pelos técnicos da EMATER-CE, em que ele diz a seguinte frase: ‘não pode sair de dentro do terreno, pois o nome fica sujo e desce para o SPC e quem sair do assentamento não tem direito a se aposentar’. Com isso, muitas pessoas saíram. E também foi dito pelo técnico da EMATER-CE, Dr. Valmir, que pessoas não podem criar uma cabra, nem um outro animal para não comer do capim e houve o caso em que o sr. João Ribeiro Farias vendeu 16 criações porque o técnico disse que não podia criar se não fosse do projeto, mais 12 porcos, um cavalo, uma égua e um garrote foram todos vendidos porque não eram do projeto. (...). Dito estas condições a comunidade justifica que tudo isto aconteceu por falta do compromisso do IDACE, que não acompanhou o projeto, e [devido] a projetos mal elaborados, fora da realidade do assentamento. Nós confirmamos e assinamos o que está escrito”(Feijão, Canindé, 2001).

Tanto a crítica do autor como a dos camponeses, é dura, e explicita a atuação de técnicos despreparados que se utilizam do poder público para impor, coercitivamente, regras alheias aos assentados. Assim, em vez de propor uma política emancipatória, esses técnicos agem no sentido de fazer uma política opressiva, desrespeitando as reais necessidades dos grupos.

A necessidade imposta da criação de uma associação, entidade juridicamente constituída, para intermediar a relação entre o Estado e os assentados, sobretudo, no que se refere ao repasse de recursos, abriu a

---

<sup>40</sup> SAUER, Sérgio. **Projeto Cédula da Terra**. Washington, D. C. [s.n.], 2002. p. 19.

possibilidade para a ocorrência de uma serie de impactos. Esses impactos tiveram implicações diretas e decisivas na vida das comunidades, sendo, portanto, motivos de inúmeras críticas ao programa em estudo.

Conforme registrado nos assentamentos analisados por **Alencar et al**<sup>41</sup>, a centralização do poder na figura do presidente da associação, muitas vezes, o tornou representante oficial do grupo junto às entidades governamentais, trazendo à tona antigas dificuldades. Desde o início da formação das associações, já se encontravam queixas quanto ao desempenho de alguns presidentes. Uns por desonestidade, outros pela tendência a formar grupos de interesse e outros por confundirem a função de chefe/coordenador com a de patrão. Nesse caso específico, houve um assentamento que diante da sujeição imposta pelo presidente, que agia como se fosse patrão, os assentados optaram em conjunto pelo fim do assentamento.

“Então, tinha um presidente. Ele foi uma pessoa que não fez nada. Porque, o que ele fez e ele mesmo acabou. Porque ele expulsou o pessoal todo daqui de dentro, aí ficou bem dizer só. Ele queria ficar só, aqui dentro, não sei porquê. Porque nós viemos para cá, para trabalhar e pagar o terreno. Aí passou dois anos foi preciso sair, porque não deu para viver com ele. Porque ele não queria que a pessoa possuísse nada, ele não queria que a pessoa trabalhasse na terra. O último ano, ele ficou aqui com dois moradores e só. Os outros foram todos embora.

Esse camarada, ele queria ser o dono, o gerente, ele queria mandar, ele queria ser tudo. Foi aí, onde mais esgotou o pessoal, por que nós viemos para cá (...), nós não viemos para ser morador de ninguém, nem ser sujeito a ninguém, nem ser agregado a ninguém. Nós viemos assim, para trabalhar, mas tudo liberto. Para ninguém ser sujeito a ninguém. Então, ele foi querer mandar na gente, nós voltamos para ‘vila’, nós não suportamos o que ele queria fazer e nós voltamos para lá. Também, ele não fez nada. O que tem aqui, foi o que veio para cá. Essas casas e dois motores.

Ele queria que a gente fosse trabalhar para ele, a vida dele era correr para o Canindé. Todo dia ele ia para o Canindé. Na associação o sócio só tem direito de pagar a ficha dele, todos os meses, mensal e nós pagávamos. Aí por que ele não guardava esse dinheiro para fazer as viagens? Não, ia pedir dinheiro para nós, pedia para que nós fôssemos trabalhar para ele. Aí a negrada, não concordaram com isso e ele achou que não ia ficar correndo para o Canindé sem ganhar nada e começou a bagunçar.

Ele fazia uma reunião, saía todo mundo com raiva. Ele não deixava nada resolvido. Aí pronto não servia de nada. Agora já está diferente. As reuniões são feitas e sai todo mundo alegre e satisfeito. Agora está melhor, por que está sossegado, não tem quem perturbe ninguém e ele perturbava muito a gente. Depois que ele saiu, nós voltamos. Aí foi preciso nós fazermos uma

---

<sup>41</sup> ALENCAR, Fco. Amaro Gomes de. et al. Op. Cit., 2002.

nova comunidade aqui dentro. Ele não deixou ninguém, veio a doutora do IDACE e disse: 'rapaz vê se ajeita o pessoal, vê se o pessoal volta, porque já está tudo certo com o nome no documento'. Aí nós voltamos. Voltou cinco, com dois que tinha, ficou sete.

Agora nós estamos formando a associação e me botaram como presidente, e estou terminando de ajeitar os papéis. Aí vamos ver o que a gente vai fazer. Vamos se ajeitar para começar a trabalhar. A doutora já disse que vai organizar para prorrogar o pagamento. Está parecendo que vai dar certo" (sr. Raimundo, 72a. Feijão, 2002).

Ao assumir a condição de presidente da associação, o camponês, antes morador de condição, mudou de postura. O acesso ao poder, seguido das condições materiais, fizeram com que houvesse uma clara inversão dos papéis sociais face a nova condição assumida. Porém, para além da dicotomia patrão/camponês, desenvolvem-se relações que lhe atribuem a condição camponesa.

A Associação do Feijão passou por uma crise ímpar entre os assentados e o presidente, que colocou em questão a forma de organização do assentamento. Essa crise levou à desistência do grupo e colocou em xeque a continuidade do assentamento, que se manteve a partir da reorganização de uma nova comunidade. A ação e reação foi um sinal positivo para o futuro desses camponeses, considerando que a saída foi uma forma de dizer não a sujeição imposta pelo antigo presidente, e a volta foi um não a sujeição imposta pela pobreza de não ter onde trabalhar com a terra livre.

Mesmo tendo por base um projeto unificado de associativismo proposto pelo governo, a organização interna dos grupos, desde o início, apresentou-se bastante diferenciada da proposta oficial. Foi o resultado temporário de um processo ao mesmo tempo dinâmico e complexo de constituição de uma nova comunidade utópica. Diferenças relacionadas à procedência das pessoas, à formação política, à não descendência familiar, deram origem a divergências entre os assentados. Porém, o principal ponto de discordância entre eles foi, desde o início, a forma de produção e distribuição das riquezas produzidas nos assentamentos.

As formas de produção e distribuição adotadas nas comunidades seguiram o modelo de comunidade utópica que propõe o uso comum da terra, o trabalho individual (familiar), o trabalho coletivo e a prática de ajuda mútua simultaneamente. Essas formas de uso/trabalho aparecem como razão

estruturante da organização camponesa. Embora, também, tenham sido influenciadas pelas relações que as comunidades conseguiam manter com os técnicos ao longo dos sete anos dos assentamentos.

A discussão sobre a organização das associações e das formas de produção nos assentamentos será feita a partir da leitura de dois líderes sobre suas respectivas associações: sr. Vavai (Associação da Comunidade dos Moradores do Cauassu) e sr. Francisco (Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Juá).

Na leitura dessas lideranças sobre a organização das associações e a produção nos assentamentos apareceram três formas de trabalho que se apresentam, muitas vezes, em concomitância: o trabalho individual (familiar), o trabalho com a prática de ajuda mútua e o trabalho coletivo.

A organização da Associação da Comunidade dos Moradores do Cauassu ficou por conta de três lideranças: o Vavai, o Zé Genu e o Papagaio. De acordo com um dos assentados, o grupo pensa assim: “já que é um grupo, então, por que trabalhar separado? Tem que trabalhar é junto para aprender a trabalhar no grupo, porque se não nunca vai aprender” (sr. Ivan, 21a. Cauassu, 2003).

Para o sr. Vavai, a forma de organização do trabalho tem sua base no trabalho individual (familiar), na prática de ajuda mútua e no trabalho coletivo. Isso se justifica pelo reconhecimento dos interesses da maioria das famílias assentadas.

“O coco aqui é o principal, trabalha tudo junto. Mas, também, contrata muita gente de fora. Dos assentados, todos os treze vão trabalhar. Os nossos filhos trabalham no individual, se eles forem para o coletivo, vão como diaristas. Nós não temos trabalhador fixo. Treze são os assentados e em média por ano contrata-se dez homens. No fim de semana, só se trabalha em serviço de farinha que é um trabalho individual, de responsabilidade da família.

No coco se trabalha de acordo com o serviço que precisar. Nós não temos derrubador, nem descascador do coco, tem que contratar. Por exemplo, nós sócios: aí nós estamos vendo que estamos precisando fazer cerca, aí vai todo mundo fazer cerca. Estamos vendo que está precisando aguar os coqueiros, vai todo mundo aguar, outro vai aradar acolá, outro vai ver o aspersor, de maneira que a gente divide o trabalho.

No trabalho individual, cada qual faça a sua. Se eu estou em farinha, e tem que ir para o coco, não tem problema. O coco não vai parar porque eu estou na farinha. Eles não precisam estar, permanentemente, todos os treze trabalhando junto. Se eu estou em farinha, eu saio.

Amanhã se o companheiro está, ele tem toda liberdade de sair. Depois se outro companheiro está, ele tem toda liberdade de sair. Mas, fica devendo aquele dia, que pode pagar noutra hora.

No começo era assim: no dia que eu não ia, eu tinha que pagar o trabalhador para ficar no meu canto. Nós trabalhávamos assim. Mas, depois nós chegamos no bom senso e vimos que nós não estávamos trabalhando com gente ladrão e nem em quem nós não tínhamos confiança. Então, hoje a gente tem aquela confiança. Aqui se o senhor vier pagar trinta mil real e perguntar, cadê o presidente? - Está aqui não. Mas, todos tem a mesma responsabilidade. Então, hoje nós chegamos a esse ponto (...). Mas, no começo nós sofremos (porque os dedos da mão não são iguais), nós pegamos um sócio aqui que tentou nos roubar. Aí nós fomos obrigados a tirá-lo. Nós entramos aqui com dezesseis pessoas, tiramos logo três. Três não trabalhava, não assumia, não tinha compromisso. Aí nós chegamos ao ponto de ter sócio aqui que estava era roubando e bebendo cachaça. Então, até esse ponto nós não tínhamos confiança, no dia que não fosse tinha que pagar um trabalhador para botar no lugar. Aí quando a gente fez uma triagem, é que chegou ao ponto da gente ter responsabilidade, de ter uma coisa para resolver e, o presidente não estando, o sócio que tem resolve” (sr. Vavai, 48a. Cauassu, 2002).

Esse depoimento mostra que a organização do grupo, no Cauassu, tem como base as noções de confiança, responsabilidade e compromisso. Sentimentos e acordos que aparecem como resultado de uma triagem constante no assentamento.

O grupo está, relativamente, unido, não apresenta conflitos internos muito acirrados. Além de fortes laços de parentesco, foi um grupo que já começou em uma terra onde já havia coqueiros produtivos. Foi considerado pela vizinhança e pelo Estado um grupo forte, um assentamento modelo do programa Cédula da Terra, como mostra a avaliação do ex-proprietário do imóvel.

“Quando eu vendi [falando do sítio Curral Velho], até pensei que a comunidade não ia continuar como eu estava continuando, desmatando o mato e plantando. Mas, essa comunidade está explorando e selando melhor do eu explorava. Estão plantando bastante coqueiro, já botaram energia numas áreas, muita energia e plantam muito mandioca e estão produzindo muito mais coco do que eu produzia, porque vem chegando coqueiro e eles vão plantado. Um ano planta um pé, outro ano planta seis, outro ano planta sete e, vai aumentando (...). Então eles estão produzindo bem, porque são trabalhador e direito. E eu nunca pensei que essa comunidade ia tão em frente como está indo” (sr. Edgar, 67a. Juritianha, 2002).



Essa situação tem relação direta com o fato de Cauassu ter sido eleito pelo governo um projeto piloto. Retomando a leitura de **Tendler**<sup>42</sup> sobre a constituição de projetos pilotos na proposta “reforma agrária de mercado” para a África do Sul, um traço importante abordado por esse autor é o funcionamento dos pilotos não apenas como geradores de informações, mas também como geradores de pessoas (nos projetos com êxitos), que poderiam trabalhar com outras comunidades para ajudá-las a fazer a mesma coisa. Portanto, o líder de uma comunidade com projetos tidos como “bem sucedidos” seria contratado para trabalhar em outras comunidades, que seria uma maneira direta de disseminar as “lições” de um conjunto de projetos experimentais.

O autor parte do princípio de que as comunidades rurais possuem um forte desejo de imitar ou competir com outras. Assim, seria importante que as comunidades soubessem de fato o que outras comunidades consideradas “bem sucedidas” estavam fazendo.

Embora **Tendler** tenha pensado na África do Sul, é preciso lembrar que a referência teórica para a implementação da política no Ceará foi a mesma proposta para aquele país. A lógica da concorrência entre comunidades proposta pelo autor, se refletiu nos assentamentos em Acaraú, embora o fracasso tenha prevalecido na imitação. E a noção de projeto piloto trabalhada pelo autor, ajuda a compreender o papel assumido por sr. Vavai na região. Ele se tornou uma liderança dentro e fora do assentamento. Ele participou de uma série de atividades: reuniões em outros assentamentos para resolução de problemas internos, entrevistas<sup>43</sup>, visita com o governador e Presidente da República<sup>44</sup>, viagem à Brasília para falar sobre o programa no Ceará, exerceu o cargo de presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e fez parte da Secretária de Agricultura de Acaraú.

Para o sr. Vavai, esse sentimento de “ajuda constante” aos outros assentamentos da região está ligado à responsabilidade com o sucesso do programa.

---

<sup>42</sup> TENDLER, Judith. **Impressions on the proposed South African agrarian reform**. Massachusetts Institute of Technology / Department of Urban Studies and Planning. Cambridge, Massachusetts 02139: [s.n.], 1994.

<sup>43</sup> MORAIS. Jomar. Revolução silenciosa. In.: **Revista Exame** 26/07/2000.

<sup>44</sup> Informativo Notícias do IDACE, ano 2, n. 05. Fevereiro, 2001.

“Aqui nós não temos inveja, nem ciúme. Eu vou para qualquer ponto do Brasil onde o projeto estiver fraco. Sem nenhum interesse de dez centavos, só para que o programa dê certo”.

De certo modo, o sr. Vavai se tornou a única referência do programa no município, o que lhe garantiu um certo *status* político na região. Nas últimas eleições para vereador (2004) foi um nome bem cotado para ser candidato, mas se negou alegando “não ter dom para política”.

O Assentamento Cauassu absorveu a ideologia do programa de uma forma excepcional. É o que revelou o depoimento do sr. Vavai sobre o objetivo do assentamento:

“É que nós queremos criar um projeto modelo, a partir de uma visão empresarial. Nós não passamos mais a ter uma visão de agricultor. Passamos a ter uma visão de empresário rural. Quando a gente se tornou dono da terra, não tivemos mais visão de trabalhador rural, mas sim de empresário rural. Ninguém veio para cá pedir esmola, a gente veio para ter sucesso na vida. Por isso, é que a gente quer pagar essa terra”.

No discurso da eficiência da agricultura presente na política “reforma agrária de mercado” e no programa “novo mundo rural”, a transformação dos camponeses em empresários rurais é a única alternativa para sua inclusão no sistema econômico.

Quando questionei de onde veio a idéia de fazer um empreendimento com visão empresarial rural, o líder destacou a lógica da modernidade do programa.

“Nós temos essa visão porque nós fomos visitados pelo mundo inteiro. A gente teve muita experiência, a gente discutiu muito. A gente teve muito curso do SEBRAE, a gente teve muita informação. Ainda, tem um ou dois que tem aquela visãozinha baixa. Tem gente que acha que não vale nada. Hoje ninguém quer ser mais agricultor. Eu tenho a honra e o orgulho de assinar, profissão: agricultor. Meu filho tem é vergonha de dizer: agricultor. Nossa visão hoje é grande. Nós temos a visão de botar fábrica de coco aqui dentro. É nosso sonho. De botar um caminhão para nosso produto ir diretamente para a fábrica e não haver mais o atravessador”.

O líder apresentou um discurso coerente com a lógica moderna do capital, na qual o **agricultor camponês é atrasado**, ele é o pobre coitado que tem aquela “*visãozinha baixa*”, pequena. Diferente do empresário rural que é moderno, aquele que se dá bem na vida, pensa alto e grande. No depoimento do assentado, o Sebrae foi o vetor de divulgação entre os camponeses das idéias “modernas” de **empresário rural**. A cooperação do Sebrae no campo tem origem

em programas de qualificação e atuação da agricultura familiar e sua inserção na agroindústria, sua atuação em programas voltados à realização da reforma agrária é bem recente.

O discurso do camponês se insere na tese clássica de **Lênin**<sup>45</sup> sobre a destruição do campesinato, um processo que se daria com a diferenciação interna provocada pela inserção da produção camponesa no mercado capitalista. No final do processo de integração do camponês no mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes distintas: os camponeses ricos (pequenos capitalistas rurais) e os camponeses pobres (em vias de proletarização). Portanto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura levaria à destruição do camponês, elemento externo à sociedade moderna, e a ascensão social de pequenos capitalistas.

A transformação dos camponeses em empresários rurais nos assentamentos em estudo não tem acontecido. A forma como foi organizado o trabalho possibilitou a acumulação de renda camponesa, que permitiu a compra de terras e tem garantido a propriedade privada da terra. O que, diga-se de passagem, ainda, os distancia da condição de capitalistas, empresários rurais.

Ainda, com relação à produção no assentamento, sr. Vavai acrescentou.

“Então, nós trabalhamos assim, todo dinheiro do coco que tiramos, nós não compramos um par de chinelos. Porque nós pensamos em crescer, nós viemos para cá com uma visão empresarial, nós não viemos para cá para morrer de fome. Nós viemos para cá no sentido de sair de uma casa pequena e ir para uma casa boa. Sair, não para pedir esmola, mas para dar. Então, a nossa visão é essa. Como nós entramos no assentamento já devendo cinco mil reais, depois que nós pagamos os cinco mil reais, nós nos metemos a trabalhar na terra. Então, o que nós tirávamos da terra, a farinha, o feijão, a goma, a batata nós nos alimentávamos. E o dinheiro do coco, nós depositávamos numa conta. E quando nós tínhamos um ‘pedaço de capital’ bom, aí apareceu dois pedaços de terra vizinhos. Pedimos o rapaz para comprar, dos dois lado. No final da história, nós pagamos as duas terras, tudo em nome da associação”.

A compra de terras do Assentamento Cauassu foi mais um fato que lhe rendeu o título de assentamento modelo, conforme já havia dito. Também, ele mereceu a promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso de mudanças

---

<sup>45</sup> LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Victor Civita, 1982.

nos prazos de carência previstos para o pagamento das parcelas do assentamento. É o que mostra o depoimento que se segue.

“Em 2001 o presidente da República Fernando Henrique veio para cá e prometeu a prorrogação do prazo de dez para vinte anos, ou seja, o nosso assentamento que estava enquadrado no Projeto São José (quatro anos de carência mais um) se enquadraria na proposta do Cédula da Terra (três anos de carência mais um). Então, a SDR [atual SEAGRI] falou que tudo que vier do banco deve ser desconsiderado, porque tirou a TJLP e ficou a seguinte maneira: a gente paga os juros de seis por cento ao ano. Se pagar em dias, tem o rebate de mais 50% sobre os juros que daria 3% ao ano, com quatro anos de carência e vinte anos para pagar. Se ele nunca tivesse prometido para nós, nossa prestação se venceria em fevereiro, nós já tinha pago. Mas, a hora que vier a prestação nós estamos preparados”( sr. Vavai, 48a. Cauassu, 2002).

Com a visita do Presidente, os camponeses foram informados das mudanças nos prazos de carência do pagamento das parcelas. Assentamentos como o Cauassu e o Ana Veríssimo, criados sob a vigência do projeto São José, deveriam ir ao cartório fazer a repactuação do crédito fundiário, passando a ser regidos pelas normas do programa Cédula da Terra.

Desse modo, a terra de propriedade comum da Associação do Cauassu tem desenvolvido a função da produção de alimentos a partir do **trabalho individual (familiar)**, da **prática de ajuda mútua** (farinhada) e do **trabalho coletivo**, que tem servido para o consumo alimentar das famílias e a geração de renda camponesa. Parte da renda gerada no trabalho coletivo vem sendo investida na manutenção dos projetos no assentamento e a outra parte na compra de terra.

De acordo com sr. Vavai, a decisão de comprar mais terra esteve relacionada à ampliação do terreno do assentamento e ao investimento na terra para ampliar a renda adquirida com a produção do coco-da-baía.

“Nós estávamos com um capital de 16 mil aplicado no Banco do Brasil e nós tínhamos sete aplicado no Banco do Nordeste. Aí pintou o negócio dessa terra de 10 mil reais, aí achamos por bem comprar porque é emendada com a nossa e não dá para outro entrar. Fomos ver os juros e o dinheiro não tinha juros. Então, para gente estar com dinheiro no banco parado sem ter juros, nós fomos investir numa coisa que tivesse “lucro”. Aí tiramos 10 mil, deixamos o resto. Aí pintou a outra terra, do mesmo dono, o dinheiro estava completamente parado, ele deu um prazo e em janeiro nós pagamos tudo”.

O pagamento da terra apareceu relacionado a um possível controle do assentamento pelo IDACE, ao constrangimento de ficar devendo ao banco e à necessidade de buscar a liberdade do grupo.

“Nós não queremos ficar devendo. Nós queremos se libertar. Mesmo sabendo que estamos devendo para o governo. De qualquer maneira nós sabemos que estamos devendo. Nós queremos pagar e ficar livres. Quando a gente pagar, aí nós somos dono de tudo, aí nós faz da nossa maneira”.

Aqui o assentamento se revelou como um espaço de controle dos assentados, porém, ainda com interferências do governo. Ficar devendo ao banco ou ao governo, muitas vezes, cerceia qualquer possibilidade de uma vida digna para os agricultores assentados.

As reuniões na Associação do Cauassu acontecem quase todas as noites. Oficialmente há uma reunião mensal e outra trimestral. Mas todo dia, à "boca da noite", os assentados se reúnem.

Não há alternância de cargos na associação. Quando perguntei se os assentados se alternavam nos cargos da diretoria, sr. Vavai respondeu:

“muda, já fui presidente do conselho-fiscal, já fui vice-presidente e hoje sou presidente. Já vai fazer quatro anos. Agora é o seguinte, eles dizem: ‘time que está dando certo, não se muda’. Eles não querem mudança. Eu por mim, no cargo que me colocarem, eu assumo. Agora se disserem assim: ‘é para sair hoje, o presidente vai ser outro’. Eles não querem. Se disser que é para mudar, eles não querem, não. É porque não tem divergências. E todos tem autonomia. Na realidade os treze mandam igual. Não tem desconfiança e nem inveja. O problema dos assentamentos não darem certo é a inveja e a desconfiança”.

Aqui sr. Vavai revelou a eficiência de sua liderança diante do assentamento. O discurso democrático do líder esbarra em uma forte resistência em se afastar do poder.

A configuração desse grupo considerado forte, projeto modelo, foi resultante de um processo gradativo de seleção dentro do assentamento. Como já dito, logo no início, saíram três famílias, restaram treze. Em 2001, houve a substituição de sete famílias e em 2002 saíram mais cinco famílias, permanecendo no assentamento até janeiro de 2003, um total de oito famílias. Ou seja, metade das famílias assentadas, inicialmente, está fora e não há

preocupação com a possibilidade de substituições, como afirmou outra liderança do assentamento: “de hoje em diante nós não vamos botar mais ninguém. Isso está decidido” (sr. Papagaio, 53a. Cauassu, 2003).

Assim, não houve uma avaliação crítica das desistências e substituições no assentamento. A lógica do individualismo também está posta para o grupo do Cauassu, que sente dificuldades de olhar para os conflitos por que atravessam os diferentes interesses pessoais e que produzem o trabalho no dia-a-dia de cada um no assentamento.

No caso da organização do Assentamento Juá, a Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda Juá foi formada por um grupo de moradores-de-condição da fazenda homônima. São famílias com larga experiência na agricultura voltada para a produção de alimentos para o consumo familiar.

Francisco, presidente da associação, é um dos nove filhos de uma família de assentados. Sua liderança se sobressai apoiada num discurso coerente sobre a organização comunitária, fundamentado no componente religiosidade, que atravessa a vida do camponês e sua experiência de luta camponesa.

Para o sr. Francisco a organização da associação passou primeiro pela definição do trabalho coletivo e depois pelo trabalho individual (familiar), como mostra no depoimento que se segue:

“Nós tiramos comunitário [leia-se coletivo], cada um tem que trabalhar no pedaço comunitário [leia-se coletivo]. E o individual, cada um tem seu pedacinho individual para trabalhar”.

Para eles a vantagem de participar de uma comunidade está, ainda, na ajuda mútua. De acordo com outro assentado do Juá, “você ir fazer uma coisa com quatro ou cinco é diferente de ser só uma pessoa. Não é ruim, não. É bom. Tem que ter união” (sr. Venâncio, 36a. Juá, 2002). O elemento de sociabilidade fez a contraposição entre o tempo difícil em que trabalhava sozinho e o tempo melhor em que se trabalha em conjunto.

Esse grupo tem sido considerado unido na região. Quase não houve substituições e as que ocorreram estiveram relacionadas a desistências que logo foram preenchidas. As desavenças e os descompassos são contornados pelo diálogo democrático, pela fé e a amizade, como relata Francisco a seguir.

“Na associação, às vezes, um concorda, outro não concorda. Aí a gente bota a maioria. A maioria é quem ganha. No coletivo, todos vão trabalhar. Às vezes, a pessoa diz: ‘ah, rapaz hoje eu não queria’. Mas a gente diz: ‘oh, pessoal isso tem que fazer...’ E aí todo mundo trabalha. Aqui a gente é muito unido. Aquelas discussão é levada na brincadeira. Hoje em dia, a família dentro de casa vive com a discussão, com a teima. Aquele que dizer que não tem a teima em casa, eu acho que ele pode mentir. Por que lá em casa, tem três meninos e quando um calça os chinelos do outro tem briga.

Agora imagina que somos dezoito, dezoito cabeça e cada uma pensa. Tem que haver aquele pouquinho de desavença, mas depois a gente vem assim com a união. Nós já vivemos num país tão ensangüentado que nós temos que procurar ver se temos uma melhora. Eu pelo menos nunca vi nenhum sair daqui cortado nem nada, por outro. Isso acontece em outros assentamentos. Eu penso e peço ao Pai, lá de cima, que isso nunca aconteça. Mas, também, não posso dizer com firmeza, porque nós somos pessoas falhas. Mas, o que a gente espera é que a cada dia seja melhor para cada um de nós. Eu acho que quando a gente aqui na terra se une, mostra união, eu acho que há alegria lá para Deus. Já quando nós se divide e mostra desunião e parte para a desavença, eu acho que Deus fica um pouquinho triste”.

Nesse discurso, se sobressaem os princípios de organização da comunidade do Juá que tem por base noções de união, diálogo, amizade, religiosidade e respeito aos limites pessoais de cada um. Em nenhum momento, o líder revelou preocupação de enriquecimento ou sucesso econômico. A despeito disso não se pode afirmar que eles não queiram melhorar de vida. Só que essa vida melhor passa pela continuidade da **ordem moral camponesa**. E, ainda, ao somar o seu projeto pessoal, de melhoria da qualidade de vida ao projeto do grupo, mostrou ser o projeto de vida da comunidade. Interrogado sobre o projeto de crédito fundiário no qual está inserido, apontou sua insatisfação com a questão do pagamento da terra, propondo um caminho alternativo para se conseguir a terra.

“Essa coisa de comprar a terra, não sei (...) e eu acho que um meio para nós poder ganhar uma terra dessa, vai depender de cada um de nós. Porque o governo, não vai jogar o dinheiro no meio do mundo atoa, não. Ele tem que prestar conta daquilo.

Se ele vê que é uma família que vai ter futuro, que é uma propriedade modelo, aquela família pode ganhar aquela propriedade. Mas, se ele vê que vai jogar dinheiro, e que a cada dia que passa está se dividindo, que não tem união, pronto. O governo não vai dar uma coisa que ele sabe que vai dar hoje e amanhã ele vai ver jogar no mato. Porque eu tiro por mim. Por exemplo: se eu tenho um filho que ele é desmantelado, tudo que eu dou, ele joga no mato e tem outro que tudo que eu dou ele sabe me devolver com ‘lucro’. Eu vou dar mais a esse do que ao outro que todo dia eu estou dando e todo dia ele está jogando no mato. Aquele que eu dou está mostrando

rendimento, produção, gerando renda, gerando emprego. Eu penso que seria justo que o governo venha ver o que está sendo produzido. Se estamos melhorando(...), vem ver esse ano, então diz: 'você já não vai precisar pagar essa parcela'. Aí vem no ano que vem e, todo ano, poderia vir aqui fazer uma verificação e ir perdoadando as parcelas. Se viu que não está bom, tem que pagar. Apesar d'eu ser analfabeto. Não sei se penso errado”.

Com palavras simples, o camponês disse que seria justo o governo ver o que está sendo produzido no interior desses assentamentos. Ele defende, portanto, uma reforma agrária pactuada entre os camponeses e o governo, na qual a terra deveria ser voltada para a produção de alimentos, geração de emprego e renda e oportunidade de melhorar de vida.

De acordo com **Marques**<sup>46</sup>, há riscos nesse pacto sugerido pelo camponês. Isso porque a moral camponesa informa como o Estado deveria atuar. Porém, esse Estado sob a lógica proposta, provavelmente, ampliaria o espaço para o clientelismo político bem como para a corrupção. Mais ainda, porque, quem estaria com o poder de decisão? Seriam os ricos e poderosos como, sabiamente, afirmou Martins. Portanto, há um conflito exatamente entre a lógica da modernidade, da impessoalidade, da regra igual para todos, na qual quem está nos assentamentos está submetido a um contrato que determina a sua funcionalidade, e a lógica da dádiva, proposta pela ética, pela moral camponesa que acha que o Estado deveria ver o que cada um merece e liberar o pagamento da terra segundo seu merecimento.

O discurso coerente com a ideologia da Igreja Católica e com sua prática fez de Francisco um líder ouvido com atenção por todos. A configuração desse grupo considerado coeso tem passado por laços de parentesco e componentes como a religiosidade, o diálogo e a liberdade no trabalho familiar. Assim, antigas relações pautadas na lógica da dependência, da coerção, que marcaram a vida do grupo, são substituídas pelas relações democráticas que garantem a liberdade, o respeito e a autonomia, fundamentais na vida deles.

Em resumo, a comunidade do Juá vê na associação a oportunidade de garantir a posse da terra e a liberdade no trabalho familiar com melhoria nas condições de vida.

---

<sup>46</sup> MARQUES, Marta Inez M. Contribuição dada durante o exame de qualificação deste trabalho. 28/11/2003.



De uma maneira geral, as relações sociais travadas nas comunidades pesquisadas e dessas com os outros têm construído o conteúdo desses assentamentos, tidos como unidades territoriais cada vez mais presentes na paisagem dos sertões. No período de sete anos, a organização espacial das comunidades foi definida e apresentada, sobretudo, pelos princípios da unidade da organização e diversidade na produção camponesa. Isto implicou relações de sociabilidade, conhecimento da natureza, do espaço interno, e a construção de um sentimento de pertencimento aos assentamentos.

As associações como instrumentos de organização mantiveram, de certo modo, a unidade nos assentamentos. As diferenças e os conflitos que emergiram no cotidiano dos assentados foram resolvidos nas reuniões, nas assembléias, através dos estatutos, que se configuraram em mecanismos de regulação dos grupos assentados.

Os investimentos de crédito pleiteado pelos assentados da “reforma agrária de mercado” estiveram ligados ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF A, um programa que, conforme **Busson**<sup>47</sup> foi uma opção que teve como público-alvo os agricultores familiares em transição. Foi um programa que excluiu de seus benefícios um grande contingente de agricultores que se encontram nas unidades familiares ditas periféricas, situando mais uma vez, esses trabalhadores à margem do sistema de crédito rural e estigmatizando-os como sem aptidão para participarem do desenvolvimento rural do país. Desse modo, o plano governamental pautado na lógica da concorrência, da desintegração e do mercado procurou negar a participação do camponês como sujeito social no desenvolvimento rural brasileiro.

Os assentamentos, como **espaços criados** oficialmente pelo governo do Estado, tiveram nesses sete anos a interferência direta do governo em suas formas de organizações e nas formas de trabalho na terra. A dependência do IDACE forçou a necessidade de manutenção de uma forma organizativa como a associação.

A associação é o único canal de comunicação pelos quais os camponeses podem negociar com a Secretaria da Agricultura e Pecuária (SEAGRI) e os demais órgãos envolvidos nos programas que constituem a política “reforma

---

<sup>47</sup> BUSSON, Nicolau de Lima. **Análise sócio-econômica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Ceará**. Fortaleza: DEA/UFC, 2002.

agrária de mercado” como o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Ceará e as Prefeituras locais.

A vida dos camponeses assentados vem oscilando entre as condições de ex–sem terra ou com pouca terra e a condição de assentado, entre a instabilidade quanto ao pagamento da terra e a relativa estabilidade de ter a posse comum da terra, entre a sociabilidade familiar e a sociabilidade de grupo. No universo da travessia, a vida de assentado vai procurando sentido e, na luta pela terra, antigas práticas tendem a ser recriadas, configurando o que **Marques**<sup>48</sup> chamou de “modo de vida dos assentados (...) onde predomina entre eles um *habitus* de elevada campesinidade”.

No caso, a autora endossou o conceito antropológico de *campesinidade* proposto por **Woortmann**<sup>49</sup>, que ao fazer uma análise do campesinato brasileiro em diferentes momentos e lugares, propõe um elemento qualitativo que o identifica em diversas situações – a campesinidade. A campesinidade como ordem moral, um modo de ser camponês que se diferencia quando contrastado com o modo de vida hegemônico. Nessa ordem moral camponesa, terra, trabalho e família são categorias culturais que organizam o discurso dos sujeitos sociais e se interpenetram, não podendo, portanto, serem pensadas separadamente. “Pensar trabalho é pensar terra e família”.

Nos assentamentos em estudo, o **modo de vida camponês** se fortalece no acesso à terra, na liberdade do trabalho familiar, nas experiências de organização e produção dos assentados, na estrutura de sociabilidade dos grupos e na religiosidade camponesa. O ser camponês lhes garante um sentimento de pertencimento às comunidades e, portanto, aos assentamentos.

Na medida em que cada grupo foi definindo seus princípios de organização, as bases nas quais ocorreram as formas de trabalho na terra e a reprodução familiar, parcelas do território capitalista foram sendo apropriadas pelos camponeses assentados. Não se pode esquecer de que esse é um processo que ocorre no contexto da sociedade capitalista e resulta do caráter

---

<sup>48</sup> MARQUES, Marta Inez M. Op. Cit., 2000. p.162.

<sup>49</sup> WOORTMANN, Klass. Op. Cit., 1990:p. 63

contraditório, desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

Assim, guardadas as devidas particularidades, como nos assentamentos analisados por **Rodrigues**<sup>50</sup>, **Fernandes**<sup>51</sup>, **Moura**<sup>52</sup> e **Feliciano**<sup>53</sup> dentre outros mais, os Assentamentos Almécegas, Ana Veríssimo, Campos do Jordão, Cauassu, Feijão, Juá, Santa Rita e São Felipe correspondem a conquistas camponesas de frações do território capitalista. Neles, estão sendo semeados a utopia camponesa que se assenta na posse da terra, na liberdade com o trabalho familiar, na reprodução da família camponesa e na luta pela reforma agrária.

A política “reforma agrária de mercado” passa a ser entendida como um momento particular do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. Segundo **Oliveira**<sup>54</sup>, esse momento é

“entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta, como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; nesse sentido o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista”.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo vai sendo constituído de diferentes, múltiplos e contraditórios movimentos, permitindo, portanto, a articulação da lógica camponesa no seio da lógica capitalista.

#### 4.4 - O trabalho acessório camponês.

Há diversas ocupações acessórias para o camponês. Conforme **Kautsky**<sup>55</sup>, “o trabalho acessório mais a alcance do pequeno camponês é o trabalho agrícola assalariado”. O trabalho acessório tende a ocorrer quando a produção agrícola

<sup>50</sup> RODRIGUES, Ma. de Fátima Ferreira. Op. Cit. 1994.

<sup>51</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. Op. Cit., 1996.

<sup>52</sup> MOURA, Antônio Marcos Pontes de. Op. Cit., 2003.

<sup>53</sup> FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2003.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: **BPG N. 58**. AGB São Paulo. São Paulo, 1981. p. 07.

<sup>55</sup> KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p.198.

torna inviável o sustento da família ou quando a produção agrícola adquire um volume tal que o trabalho familiar não consegue dar conta, partindo-se, então, para a contratação de braços, muitas vezes, camponeses.

Para **Tavares dos Santos**<sup>56</sup>, o trabalho acessório, também, ocorre quando se dá a “transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo pela jornada de trabalho”. Esse autor se referiu ao caso dos camponeses da cultura de uva no Rio Grande do Sul, que, ao realizarem esse trabalho acessório, “não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa,(...)”<sup>57</sup>.

Assim, o trabalho acessório pode ser visto como um complemento de renda que ocorre quando necessário. O camponês pode liberar membros ou contratar outros camponeses, sem com isso perder sua condição camponesa.

De acordo com **Oliveira**<sup>58</sup>, “a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É, pois, derivado dessa característica que a família abre a possibilidade de combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa”. Dessa forma, para o autor, o trabalho acessório, a prática de ajuda mútua, o trabalho assalariado, a parceria aparecem como relações de trabalho que respaldam a complexidade das relações presentes na unidade de produção e consumo camponesa.

No Nordeste, segundo **Andrade**<sup>59</sup>,

“não conhecendo os processos técnicos de conservação do solo e não dispondo de dinheiro para adquirir adubos, têm eles (os pequenos produtores) uma produção mínima, sendo a renda auferida insuficiente para a manutenção da família. O sitiante complementa seu orçamento trabalhando “alugado”, como camarada, diriam no Sul do país, para os grandes e médios proprietários vizinhos (no Agreste e Sertão) ou emigram no estio para a área açucareira a fim de trabalharem nas usinas em moagem, deixando à mulher a guarda e a administração de sua gleba”.

---

<sup>56</sup> TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984. p.37.

<sup>57</sup> Ibid. p. 39

<sup>58</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991 p. 56.

<sup>59</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1964. p. 156.

O trabalho acessório ou **trabalho “alugado”** acontece em razão da pobreza dos solos e da sazonalidade climática e sua interferência na produção agrícola. Portanto, o trabalho acessório é uma **forma de trabalho cíclica**.

No Ceará, a transformação periódica do camponês em um trabalhador assalariado, também, pode ser considerada cíclica. Ela tem uma relação direta com o período em que se interrompem as possibilidades no trabalho agrícola.

Nos assentamentos pesquisados, o trabalho acessório tem acontecido quando camponeses trabalham na agricultura de outros produtores, geralmente grandes e médios proprietários, e recebem pela jornada de trabalho uma diária. E, ainda, quando os camponeses emigram para os centros urbanos para trabalhar na construção civil e/ou no setor informal. No caso da construção civil, como peões, recebem um salário com carteira assinada, e, no setor informal, como camelôs, seus rendimentos dependem do “apurado” no dia.

A explicação dos camponeses nos assentamentos sobre a opção pelo trabalho acessório apareceu vinculada ao momento em que o trabalho agrícola se interrompe, no período seco – “verão”. As dificuldades para se conseguirem projetos do governo, a falta de água e conseqüente impossibilidade da lavoura, colocam em questão a necessidade de alimentação da família que, sem opção, parte em busca do trabalho acessório como renda ou complemento de renda para sobreviver.

O trabalho “alugado”, enquanto complemento de renda, pareceu ser um trabalho acessório que, após a constituição do(s) assentamento(s), não tem sido comum entre os camponeses assentados. O depoimento que segue comprova esta afirmação.

“Depois que eu entrei aqui, nunca mais cheguei a trabalhar ‘alugado’, não. Quando não tinha o que comer, a gente ia trabalhar fora. Mas, faz tempo que não tenho tido necessidade de sair para trabalhar fora” (sr. Evaldo, 36a, Almécegas, 2003).

Nesse caso, o “não ter tido necessidade de sair para trabalhar fora” apareceu como sinônimo de está produzindo sua alimentação na terra conquistada com o assentamento. Além disso, é uma forma de dizer não à expropriação e à sujeição aos proprietários de terra rentistas.

O trabalho acessório que transforma temporariamente o camponês em assalariado apareceu diretamente relacionado com a safra agrícola, como mostra o depoimento.

“Às vezes, quando o inverno é ruim precisa ir para fora. Mas, se vier um ‘inverno’ bom, que faça o roçado, não precisa ir, não. Mas, aqui só tem alguma coisa para gente fazer no ‘inverno’ mesmo. Eu já sai para Fortaleza, para trabalhar na construção. Tem gente que vai para construção, tem gente que vai para diária. Em Canindé tem uma fábrica, mas é uma ‘escravidão” (sr. Josafa, 30a, Feijão, 2003).

Para o camponês, o trabalho fora do assentamento está relacionado à interrupção do trabalho agrícola. A recusa à proletarização<sup>60</sup> que seria igual à ‘escravidão’ revelou a luta consciente pelo trabalho livre como camponês.

É importante notar que o campesinato do Nordeste, conforme **Martins**<sup>61</sup>, luta radicalmente por terra e liberdades: liberdade de trabalho familiar autônomo, liberdade de decidir o que plantar e liberdade de deslocamento.

No Ceará, a necessidade do trabalho acessório está ligada à manutenção da família, o que não implica, portanto, na perda da condição camponesa. A atividade acessória, também, tem o sentido da aprendizagem de outras técnicas, formas de organização e trabalho, importantes para os filhos dos camponeses, que carregam consigo, muitas vezes, a condição transitória de não ser camponês.

Em resumo, com o trabalho acessório, os camponeses dos assentamentos em estudo revelaram a flexibilidade em liberar seus membros para outros trabalhos variados que não se excluem de modo nenhum. E, assim, esse grupo social maleável, mantenedor de tradições, mas, ao mesmo tempo, criativo e revelador tem conseguido consolidar a unidade de consumo e produção camponesa, inclusive agregando o trabalho assalariado.

---

<sup>60</sup> A questão da recusa camponesa à proletarização está presente em TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Op. Cit., 1984; CASTRO OLIVEIRA, Bernadete. Op. Cit., 1998 e SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Op. Cit., 1999.

<sup>61</sup> MARTINS, José de Souza. Op. Cit., 1995. p. 131.

#### 4.5 - A força de trabalho assalariada na unidade camponesa.

A força de trabalho assalariada é um elemento que pode aparecer no seio da unidade camponesa. Mas, é preciso ter claro que esse assalariamento tem por base o trabalho familiar. Assim, a família camponesa pode contratar a força de trabalho assalariada caso necessite de mais membros para concluir um serviço, e contratar um trabalho assalariado especializado caso não consiga desenvolver uma atividade específica ou, ainda, pode liberar um de seus membros para o trabalho acessório. O trabalho assalariado temporário tem, assim, o caráter de complemento do trabalho familiar.

Para **Chayanov**<sup>62</sup>, na economia camponesa, o camponês aparece como uma figura ambígua, empregado e empregador. Essa ambigüidade se assenta no balanço consumo familiar *versus* exploração da força de trabalho. A relação trabalho *versus* consumo passa pela satisfação das necessidades familiares, que tem seus limites na fadiga. Desse modo, a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades.

**Tavares dos Santos**<sup>63</sup>, analisando os colonos do vinho do Sul brasileiro, identificou, na colheita de uva, o contrato de trabalhadores temporários, porque os membros da família não são suficientes para agilizar o trabalho. O assalariado é um proprietário ou seu filho, não se tratando, portanto, de um trabalhador expropriado totalmente. E o camponês que o contrata não é um capitalista, não trava com ele uma relação social de produção especificamente capitalista.

Nos assentamentos cearenses, a relação trabalho *versus* consumo na unidade camponesa tem sido o limite da produção camponesa. Sobre a não contratação de mão-de-obra paga, um camponês explica a razão de ser na relação trabalho *versus* consumo. Para ele, o limite é o cansaço. Assim, prefere plantar só o quanto a família pode dar conta.

“No individual, planto quatro ou três hectares depende das ‘costas da gente’, porque, quando a gente tem um recurso a mais, a gente planta mais. Pelo menos acolá dentro tem uns hectares que só ele, dá mais de três hectares de terra. Acho que não vou conseguir trabalhar ele todo, não. Porque as coisas estão meio difíceis. Tudo caro, feijão caro. A gente está sem o feijão

---

<sup>62</sup> CHAYANOV, Alexandr V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vison, 1974.

<sup>63</sup> TAVARES DOS SANTOS. José Vicente. Op. Cit. 1984.

agora, vamos ter que comprar. A gente plantando muito, não dá para descascar tudo, porque a família não dá. Então, tem que plantar mais pouco para poder descascar” (sr. Antônio, 72a. Juá, 2002).

Nesse relato, o camponês abordou a relação trabalho *versus* consumo como uma parte do trabalho individual (familiar) no qual a quantidade plantada depende da força humana, do número de braços na família para colher. A dificuldade de um equilíbrio no balanço trabalho *versus* consumo pode levar à falta de alimento no consumo familiar e, a família pode ter necessidade de comprar o produto. E o ter que comprar fora é pagar caro, implicando, portanto, na redução do rendimento familiar.

Para **Andrade**<sup>64</sup>, o trabalho assalariado na economia sertaneja ocorre como complemento de renda e tem sua especificidade na época da safra, quando pequenos produtores que trabalharam na agricultura o ano todo, passam a ter ocupações diversas, nas médias e grandes propriedades, como o “cambiteiro”, que dirige cavalos e burros que transportam a cana para o engenho; o “cortador” de cana, que ganha salário por produção; o “botador” de cana na moenda, dentre outras atividades.

Nos assentamentos, a contratação de força de trabalho assalariada está relacionada, também, à ocorrência de época de safra e, ainda, à especialidade em função desenvolvida no trabalho agrícola, como os “derrubadores de coco”. É o que revela o depoimento seguinte.

“A gente contrata trabalho diarista, quando necessário. No caso o ‘derrubador de coco’ tem que contratar de fora, são os ‘derrubadores’ da Almécegas. Tem um grupo lá que diariamente só faz isso. Eles não param nem um dia. Só descansam se quiserem. Eles até agendam a vinda. Quando o coco aumenta de preço, eles querem mais dinheiro” (sr. Mauro, 38a, Ana Veríssimo, 2002).

Na explicação do camponês sobre a contratação da força de trabalho assalariada (temporária) no assentamento, ele firmou a necessidade de braços, para continuar o trabalho específico de derrubada do coco-da-baía, que acontece na época da safra. Esse trabalho surge com frequência em função da

---

<sup>64</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. Op. Cit., 1986.



necessidade dos derrubadores e devido a não especialidade de membros do grupo no desenvolvimento dessa atividade.

Assim, o trabalho assalariado nos assentamentos é um trabalho assalariado temporário e especializado, voltado para a produção coletiva. Neste particular, esse chamado trabalho temporário especializado merece um esclarecimento: trata-se de uma especialização estritamente relacionada com a tradição.

Conforme **Andrade**<sup>65</sup>, o principal trabalhador do coqueiral é o “tirador de coco” que, munido de uma “peia de corda” e de uma foice, sobe na palmeira, tira o fruto maduro e corta as folhas secas. O pagamento é feito por cada palmeira em que sobe, desfrutando, em média, 80 coqueiros por dia. O coqueiral dá quatro ou cinco safras anuais, uma em cada dois ou três meses.

No Assentamento Ana Veríssimo, ao comentar sobre a arte de subir no coqueiro para derrubar o coco, o camponês apresentou, exatamente, a continuidade dessa antiga forma de trabalho.

“É assim: eles chegam e se mandam, sem nada nos pés, sobem. E quando chegam, lá em cima, eles seguram na palha com um braço, e com o outro segura a faca na mão e vai cortando os cocos da penca. É bem ligeiro. E quando eles estão cansados, eles deitam o peito na palha. O peito deles é todo arranhado” (sr. Agostinho, 72a. Ana Veríssimo, 2002).

No caso dos camponeses que cultivam o coco-da-baía em Acaraú, há o contrato de “derrubadores de coco”, que trabalham por produção, recebendo em dinheiro por palmeira em que sobe, como antigamente. Eles costumam subir em média em 100 pés de coqueiros. Devido à perda, em muitos casos, da tradição de tirar o coco, da arte de subir no coqueiro gigante para derrubar o fruto, o “derrubador de coco” se tornou um trabalhador especializado, ainda, mais importante no coqueiral.

Os “derrubadores de coco” são camponeses sem terra que prestam serviço acessório nas redondezas. Para complementar seus rendimentos familiares, eles se deslocam para os assentamentos vizinhos que estão investindo em projetos coletivos com coqueiros gigantes, seja porque não possuem terra para plantar seja porque seus afazeres agrícolas estão menos intensos no momento.

---

<sup>65</sup> Ibid.

**Andrade**<sup>66</sup>, ao analisar as condições de vida dos trabalhadores assalariados no Nordeste, afirmou que “estes trabalhadores, prestando serviços por todo o dia, às vezes em jornadas que se estendem por mais de dez horas de trabalho, percebem diárias de acordo com a especialidade e a produção de cada um. Salários que não lhes podem dar condições de existência, mesmo modestas”. O autor procurou ressaltar a precariedade nas condições de vida e trabalho no campo.

Na região dos assentamentos, os camponeses contratados com trabalho assalariado temporário recebem salários que variam de acordo com sua produção. No caso, o camponês exerce a função transitória de assalariado/diarista/ proletário como uma estratégia para garantir a reprodução de sua condição camponesa. É o que indica o relato.

“Aqui na Almécegas a gente faz de tudo. Na diária, a gente recebe r\$ 7,00 (sete reais) de enxada, mas, para brocar o mato é r\$10,00 (dez reais). Em cada pé de coqueiro a gente pede r\$ 0,25 (vinte e cinco centavos). Mas, pode chegar até r\$ 0,30 (trinta centavos) por cada pé de coqueiro. A média dá para subir em 100 pés de coqueiros por dia” (Sr. Antônio, 32a. morador da Almécegas, 2002).

Por fim, a presença da forma de trabalho assalariado temporário, no interior da unidade camponesa, lança a intrigante questão: até que ponto uma relação social capitalista no interior da unidade de produção e consumo camponesa não transforma esse camponês em um pequeno capitalista?

Ao analisar essa questão no campesinato brasileiro, **Oliveira**<sup>67</sup> esclareceu que

“deve-se ter claro que o assalariamento em áreas em que conjunturalmente seja possível o aumento da renda diferencial nas mãos do camponês (que pode inicialmente constituir-se em trabalho acessório do próprio camponês), pode tornar-se permanente através da presença dos trabalhadores temporários (convertidos em permanentes, embora não moradores nas propriedades). Configura-se assim a passagem desses camponeses abastados para a condição de pequenos capitalistas”.

Nos assentamentos, o trabalho assalariado temporário, aparece entrelaçado com o trabalho familiar na produção coletiva. A permanência do

---

<sup>66</sup> Ibid. p.180.

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Op. Cit., 1991. p.59.

trabalho assalariado nos Assentamentos Cauassu e Almécegas surge como um indício de uma transição desses camponeses para pequenos capitalistas. Porém, isso não é extensivo à grande maioria dos assentamentos. A acumulação existe porque eles estão inseridos na sociedade capitalista e são influenciados pela lógica capitalista, que é completamente diferente da lógica do campesinato sertanejo, descendente de sociedades negras e indígenas, para as quais a acumulação não é parte constitutiva de suas vidas.

A sociedade capitalista é marcada pela troca de mercadorias, em que o acúmulo de bens, como a terra, tornou-se referência para garantir o enriquecimento. De acordo com **Ratts**<sup>68</sup>, o fundamento das comunidades de negros e indígenas no Ceará está atravessado por questões de terra, identidade, parentesco, memória, oralidade, repertório estético, divergências internas e relação de alteridade. Contudo, a terra não é somente “terra de trabalho”, ela é meio de reprodução da coletividade e substrato do território da comunidade. O vínculo com a terra informa sobre o grupo, compõe sua identidade e traduz sua trajetória assinalada por marcos, limites, percursos dos antepassados, divergências internas, relações com os outros. Para o autor, estratégias como a manutenção da terra de uso comum, entre esses grupos, é certamente uma tentativa de evitar que a terra se torne equivalente de mercadoria.

A discussão sobre a organização territorial nos assentamentos segue apresentando a articulação entre as diferentes formas de uso da terra camponesa.

---

<sup>68</sup> RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. **Fronteiras invisíveis**. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1996.